

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
CVces

NÚMERO 72
MARÇO 2013



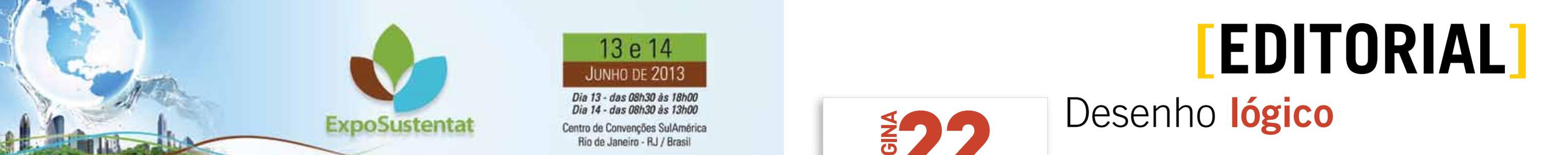
PODER

Em busca de maior
influência política,
o movimento
socioambiental se
institucionaliza

A REDE:
Mais perguntas
que respostas

ÉTICA: O respeito
à natureza sacode
velhas certezas

RICARDO YOUNG:
Entre sonháticos
e a crua realidade



ExpoSustentat

13 e 14 JUNHO DE 2013
Dia 13 - das 08h30 às 18h00
Dia 14 - das 08h30 às 13h00
Centro de Convenções SulAmérica
Rio de Janeiro - RJ / Brasil

IMPACTOS NA ECONOMIA E MANUTENÇÃO DO MEIO AMBIENTE. PARTICIPE!

SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CONFERÊNCIA E EXPOSIÇÃO

Ponto de encontro ideal para profissionais e empresas apresentarem e discutirem os tópicos mais importantes em sustentabilidade. A primeira edição da ExpoSustentat terá como foco o desafio da Economia Azul e das Florestas no país e no mundo, abrindo caminho para discutir as principais soluções em Governança dos Oceanos e Eficiência Energética.

ALGUNS DOS TEMAS ABORDADOS:

- ◆ Potencial Econômico dos Mares;
- ◆ Biodiversidade Marinha VS Exploração de Petróleo;
- ◆ A Sustentabilidade da Indústria Alimentícia Marinha;
- ◆ Minimização de Acidentes Ambientais;
- ◆ Gestão das Águas e suas Reservas;
- ◆ Novas Tecnologias Energéticas;
- ◆ Mudança de Clima e o Impacto nos Oceanos;
- ◆ Licenças Ambientais;
- ◆ Aplicação do conceito Green Port no Brasil e no mundo;
- ◆ Novo tratado para conservação da biodiversidade;
- ◆ E muitos outros.

EXPOSIÇÃO

Empresas com soluções para minimização de impacto ambiental, gerenciamento de risco, biorremediação, tecnologias, equipamentos, consultorias e muitas outras.

WORKSHOPS PARALELOS:

- ◆ Agricultura Sustentável - Desenvolvendo uma agricultura inteligente em relação ao clima;
- ◆ Eficiência Energética - Passo a passo para um projeto de sucesso com foco na sustentabilidade.

> PÚBLICO ALVO

CEOs, CFOs, Diretores, Gerentes, Coordenadores, Consultores, Gestores, Pesquisadores, Agentes, Engenheiros Ambientais e demais executivos dos setores de Pesquisa & Desenvolvimento, Meio Ambiente, Tecnologia Ambiental, Biodiversidade, Sustentabilidade, Oceanografia e outras áreas correlatas.

VAGAS LIMITADAS! INSCREVA-SE

INFORMAÇÕES SOBRE PATROCÍNIO

Alexandre Brown
Tel.: 55 11 3205.5075
alexandre.brown@nm-brasil.com.br

INFORMAÇÕES SOBRE O CONGRESSO

Caroline Pereira ou Doriane Barreto
11 3205-5028 / 11 3205-5042
congressos@nm-brasil.com.br

WWW.EXPOSUSTENTAT.COM.BR



Organização: NÜRNBERG MESSE

PAGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
VICE COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Leticia Freire
REPÓRTER Thais Herrero
EDIÇÃO DE ARTE Marcius Marques e Amanda Abad
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana Cristina d'Angelo, Eduardo Shor, Fabio Storino, Gisele Neuls, Inês Castilho, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), José Eli da Veiga, Luiza Xavier, Magali Cabral, Sergio Leitão, Tão Gomes Pinto
ENSAIO FOTOGRÁFICO Manu Melo Franco
JORNALISTA RESPONSÁVEL Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REPRESENTANTE EM BRASÍLIA
Marketing 10 - José Hevaldo
jh@marketing10.com.br
(61) 3326-0110 / 3964-2110 / 9229-0727

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack
IMPRESSÃO D'Lippi Artes Gráficas Ltda.
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

APOIO



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.



PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADETIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

[EDITORIAL]

Desenho lógico

A política é a esfera de construção do que não está pronto. Na bela definição citada por Oscar Vilhena Vieira em entrevista nesta edição, PÁGINA22 inspirou-se para investigar como o movimento da sustentabilidade vem, historicamente, construindo seu caminho institucional e político para influenciar de forma mais assertiva as decisões em prol da sociedade que aspira. Nessa jornada, a proposta de criação do partido Rede Sustentabilidade é um dos mais recentes capítulos.

O que falta construir é muita coisa: além de uma sociedade mais justa dentro de um modelo econômico ambientalmente sustentável, falta erguer no patamar as paredes sólidas da política em si, revitalizada por novas formas de governança, processos efetivamente democráticos e resgate da ética. Tudo isso em meio a um cenário de indignação popular e crise das instituições – de partidos à Igreja – que é mundial.

Ao longo de sua trajetória, a revista já mergulhou em temas como o movimento socioambiental, o real poder de escolha do cidadão, as limitações da democracia brasileira e as formas de fazer política para além dos ritos institucionais. Interessante resgatar essa passagem do tempo – não linear, mas complexa – e observar como os processos amadurecem em nossa jovem democracia. Mas que, de fato, como já se disse, não resistem às ideias cujo tempo chegou. Boa leitura!



ed. 23



ed. 33



ed. 40



ed. 45



ed. 51



ed. 54



ed. 60



ed. 68



14 ENTREVISTA Ricardo Young conta como é trafegar entre o mundo dos sonháticos e a realidade crua da Câmara dos Vereadores de São Paulo

20 HISTÓRIA Acompanhe, ao longo do tempo, a crescente institucionalização do movimento socioambiental no contexto político, por meio de leis, organizações e partidos

26 RETRATO Se brincar é preparar-se para a vida, a utopia de um mundo melhor pode realizar-se evocando nossos olhos infantis

32 PARTIDO A Rede é lançada com mais perguntas que respostas, mas ao menos se propõe a ser uma pedra no sapato da política convencional

38 ÉTICA Partidos com base na sustentabilidade podem recolocar o respeito à natureza em nosso senso ético, sacudindo velhas certezas

44 ENTREVISTA O professor Oscar Vilhena discorre sobre a contribuição que a universidade deveria dar à formação ética dos alunos

Seções



- 05 Notas
- 07 Página Cultural
- 08 Web
- 09 Daqui Pra Lá
- 10 Economia Verde
- 37 Opinião
- 42 Análise
- 43 Coluna
- 50 Última

CAPA Fotografia: Amanda Abad



26

Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Luz no invisível – edição 71]

A seção Retrato nunca me foi tão atraente. Em tempos que questionamos um sistema autosabotado e denunciemos nossa sedução pelo consumo e pelo capital, nos pegamos, sempre, de surpresa "sozinhos" e ignorando vias completamente habitadas. Nenhuma outra ideia cumpriria melhor a proposta do

Retrato nesta edição Menos! Quando PÁGINA22 me pergunta quem vive mais dignamente, eu ficaria com a segunda opção, desde que "a seu modo" seja uma verdade. Parabéns à equipe!

Rafa Murta

[Yoani, a faísca cubana – Blog da Redação] A jornalista nos tira da discussão sobre socialismo versus capitalismo e nos devolve ao tema

central: a liberdade de expressão e suas vozes. **Paulo Barbosa**

[Dieta da casa – edição 71] Bem na linha do livro Jogue fora 50 coisas, muito bom por sinal.

José Sabino

[Por trás das marcas – Blog da Redação] Esse relatório da Oxfam põe em xeque todo o conceito de Responsabilidade Social

Empresarial que se consolidou nos últimos 10 anos.

Isabel Gnaccarini

[Brincando de Deus – edição 71] Reduzir a questão socioambiental a tecnologias de diminuição de gases de efeito estufa segue a mesma lógica de reduzir a economia à questão de oferta e demanda. **Joaquim Júnior**

[MERCADO DE CARBONO]

Correndo contra o tempo

A salvação do mercado de carbono encontra-se nas mãos do **Parlamento Europeu**, que poderá votar em abril um pacote de reformas com a finalidade de puxar para cima os preços das licenças de emissão, que correm risco de virar pó. Não será fácil aprovar as medidas – a principal consiste no engavetamento, até 2019, de 900 milhões de licenças de emissão (cada licença representa 1 tonelada de CO₂ equivalente). Respalçado pelo ferrenho *lobby* corporativo antirreforma, capitaneado pelo BusinessEurope, o bloco conservador



somente será derrotado na votação se social-democratas e verdes conseguirem apoio da esquerda e de boa parte dos parlamentares liberais.

Em virtude da recessão no Velho Continente, os preços das licenças (*allowances*) despencaram para 4 a 5 euros – já chegaram a valer 30 euros antes da turbulência econômica. As licenças, ou permissões, são concedidas às empresas sem custo ou por meio de leilões. Se ultrapassar o limite máximo autorizado para suas emissões de CO₂e, a empresa precisa comprar licenças de companhias que emitiram abaixo do teto permitido (com sobras de licenças).

O problema é que a desaceleração da atividade econômica diminuiu as emissões além do que era previsto em função das metas de corte assumidas pela União Europeia, resultando em uma sobra enorme de licenças no colo das empresas. A lei da oferta e da procura foi implacável com o mercado de carbono, que desabou e não consegue se reerguer.

Uma falência do Esquema de Comércio de Emissões da UE (EU-ETS) seria um desastroso revés para a transição rumo à economia verde. Também respingaria negativamente nos planos para o lançamento de mercados regulados de carbono na Austrália, Tailândia, Vietnã, China, Taiwan e México. O mercado de carbono da Europa é o maior do mundo, tendo movimentado 90 bilhões de euros em 2010. – **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

[EMPREENDEDORISMO] BRASILEIRAS & CIA

É cada vez mais feminina a cara do empreendedorismo no Brasil. O País conta atualmente com 19 milhões de mulheres à frente de negócios e, no mundo todo, é onde mais mulheres abrem empresas, principalmente pequenas e médias. Elas estão no comando de 60% desses negócios, percentual acima da média na região da América Latina e do Caribe.

Esses números são prova de como a mulher ganhou espaço na economia nacional e familiar. Segundo dados do Censo 2010, 35% dos lares brasileiros são mantidos por elas. Para incentivar ainda mais o empreendedorismo feminino, no fim de janeiro, o Banco Itaú e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram parceria para um programa de crédito e apoio a empreendedoras, o Women

Entrepreneurship Banking (WEB).

O objetivo do projeto é estudar a criação de políticas de crédito, produtos e serviços específicos para o público feminino. Uma das etapas é atender 1.500 empresárias do mercado de franquias e pequenas empresas em setores nas quais as mulheres têm tradicional participação – como vestuário e beleza – para um piloto. Dentro de dois anos, serão identificadas as necessidades financeiras e não financeiras desse grupo, fechando a análise dos dados.

Estudar políticas de crédito para mulheres, contudo, exige atenção com a realidade social e econômica em que estão inseridas as empreendedoras. Segundo Daniela Carrera-Marquis, representante do BID no Brasil, 70% das empresárias relatam dificuldades para obter financiamento. Seus negócios demoram mais para crescer do que os comandados por homens e permanecem

mais tempo como médias e pequenas empresas. “Culturalmente, os bens das famílias ficam no nome dos maridos ou pais. É uma das razões que dificultam a aprovação de crédito para mulheres”, disse Daniela, em evento de lançamento do WEB. Por outro lado, ressalta que as mulheres têm baixas taxas de inadimplência, o que faz valer a pena a concessão de empréstimo. – **POR THAÍS HERRERO**



TECNOLOGIA VERDE

EMPREGOS AOS MILHÕES

Novo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) defende que a transição para uma economia verde e sustentável está favorecendo a criação de milhões de empregos.

O relatório *O desafio da promoção de empresas sustentáveis na América Latina e no Caribe: Uma análise regional comparativa*, que pode ser acessado em bit.ly/YvU91C (apenas em espanhol), aponta como exemplo os benefícios que países em desenvolvimento, como o Brasil, teriam com a expansão das áreas de tecnologias limpas e energias renováveis.

No Brasil, 2,9 milhões de postos de trabalho foram registrados em áreas dedicadas à redução dos danos ambientais em 2010. O documento cita um estudo do Banco Mundial no Brasil que afirma ser compatível o crescimento do PIB com a redução, até 2030, das emissões de carbono em mais de um terço.

Na apresentação do relatório, Elizabeth Tinoco, diretora da OIT para a América Latina e o Caribe, afirmou que algumas barreiras inibem o desenvolvimento de empresas mais sustentáveis na região latino-americana. Entre elas está a alta informalidade de empregos, a persistência da pobreza e da desigualdade social, a falta de segurança jurídica e de políticas econômicas estáveis. Também foi identificada a necessidade de estimular o desenvolvimento tecnológico, o acesso a serviços financeiros, a inovação e a diminuição da burocracia para esses novos negócios.

Para impulsionar a economia verde em nível global, a OIT uniu-se a outras agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e lançou, também em fevereiro, a Parceria para Ação pela Economia Verde (Page, da sigla em inglês). Até 2020, o projeto dará suporte a 30 países na elaboração de estratégias nacionais que favoreçam o aumento da oferta de empregos em áreas ligadas à sustentabilidade, a promoção de tecnologias limpas e a redução dos riscos ao meio ambiente.

A Page é consequência do documento *O Futuro que Queremos*, lançado na Rio+20, que aponta a economia verde como um dos motores do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. (TH)

OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO*

O SINAL E O RUÍDO

Você conseguiria identificar uma pessoa fantasiada de gorila? Caso esteja focando sua atenção em outros detalhes, é possível que não, concluíram os autores do estudo *Gorilas entre nós*. Desafiados a contar o número de passes de bola entre jogadores, apenas metade dos voluntários notou o gorila (ver em goo.gl/m09gn). Em uma variação do estudo publicada no início deste ano, 83% dos radiologistas pesquisados não perceberam a figura de um gorila em imagens de raios X enquanto procuravam por nódulos no pulmão (acesse goo.gl/Jo9Fw). Os pesquisadores reconhecem que os radiologistas não procuravam por gorilas, mas alertam que o fenômeno da “cegueira de mudança” identificado no experimento também pode dificultar a detecção de outros problemas de saúde.

Edward Tufte (“ET”), “o Galileu dos gráficos” segundo a revista *Businessweek*, defende que aprendamos a dominar o poder da nossa visão, e para isso é preciso que dediquemos a ela um quinhão maior da nossa atenção. “Se lhe for dito o que deve ser observado, você não consegue enxergar nada além disso”, afirmou ET em entrevista recente à rádio pública americana. Diante da plethora de informações enviadas ao nosso córtex visual a cada segundo, o cérebro vai economizar esforço sempre que puder, e tanto registros visuais passados quanto o ambiente ao nosso redor (ruídos, contexto etc.) influenciam o resultado final do que achamos que estamos enxergando – nossos olhos captam apenas uma parte do que entendemos por “visão”.

“Ruídos” alteram nossa percepção do mundo, afetando nosso julgamento. Alunos de graduação da Universidade de Stanford foram convidados a participar de um experimento. Em uma sala, recebiam um número que, uma vez memorizado, precisava ser recitado numa sala adjacente. No corredor, eram interceptados por uma pessoa carregando uma bandeja de sobremesa que lhes oferecia duas opções: uma tigela de salada frutas ou um delicioso (leia-se: não tão bom para a saúde) bolo de chocolate. O experimento, na verdade, estava interessado no processo de tomada de decisão, e os alunos estavam divididos em dois grupos, que receberam números de dois e de sete dígitos, respectivamente.

Enquanto os alunos que memorizaram números pequenos tendiam para a salada de frutas, muitos daqueles que lutavam para memorizar números de sete dígitos acabaram sucumbindo à tentação açucarada. O que aconteceu em ambos os grupos foi uma batalha entre dois sistemas do cérebro: um mais rápido, emocional, impulsivo, e outro mais lento, racional, analítico – mais sobre isso no livro *Rápido e Devagar: Duas formas de pensar*. Essa disputa se repete constantemente em nossos cérebros e, no último grupo de voluntários, o primeiro sistema acabou levando vantagem (ver estudo em goo.gl/5yLUc).

Nate Silver, o “mago” estatístico que previu corretamente grande parte dos resultados das últimas eleições americanas, atribuiu o feito à sua capacidade de perceber o que era “sinal” e separá-lo do que era “ruído”. Vivemos em um mundo repleto de informações que, no entanto, chegam a nós principalmente em forma de ruído (agravado, ainda, pela poluição visual, sonora, e mesmo a luminosa, que nos impede de observar as estrelas à noite). Nossa capacidade de acumular conhecimento depende de melhorar a relação sinal-ruído.

* FABIO F. STORINO É COORDENADOR DE TI E GESTÃO DO CONHECIMENTO DO GVCES.



NILFSK

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

Um mar na varanda, um rio no quintal

De férias no Carnaval, a titular desta página cultural teve seu primeiro encontro com a cultura caiçara. A escolha dessa fuga apropriada para um corpo e mente cansados foi Pouso da Cajaíba, parte da Reserva da Joatinga, ao sul de Paraty.

A comunidade tradicional caiçara, com seus cerca de 270 moradores, ainda preserva um estilo de vida simples, mas está passando por transformações e dúvidas sobre seu futuro – o que não é mera coincidência com a situação das metrópoles. As poucas horas de energia elétrica vêm das placas para captação solar, mas o desembarque dos turistas no pequeno Pouso já não é exclusivo dos barqueiros locais.

Localizada dentro de uma unidade de conservação ambiental, Cajaíba sobreviveu desde os primórdios da pesca e da agricultura. Esta última, entretanto, está dando seu lugar ao turismo, que nos meses de férias e nos feriados descobriu o refúgio com fôlego e, muitas vezes, sem o cuidado necessário. E se estabelece o impasse: alugar a casa para dezenas de turistas e movimentar o comércio e serviços locais tem contribuído para a permanência das famílias caiçaras. Até aí se pode achar um equilíbrio. Mas como e



TANIA REGO

até quando resistir ao capital que chega oferecendo fortunas para comprar a casa, a terra, a paisagem e transformar tudo em resorts, shoppings e outras cópias da vida urbana para um público que não se permite sair de si mesmo?

TICOTE

Francisco Xavier Sobrinho, o Ticote, nasceu na Cajaíba, tataravô português e uma tataravó índia que viveu até os 125 anos, segundo ele. Mas, como qualquer adolescente e/ou ser humano que se preze, Ticote deu suas perambuladas pelo “lado de cá” antes de começar a admirar profundamente o trabalho do pai com a construção de pau a pique e sapê, a agricultura e a pesca. Deslumbrado com os relógios e o dinheiro com que os irmãos viajados apareciam em casa, pôs o pé na estrada aos 16 anos.

Em uma transposição geográfica, é como dizer a um cubano do interior da Ilha que come o que planta, estuda os filhos de graça e mora a poucos metros de uma praia paradisíaca e reservada que ele não se preocupe. O “lado de cá” do sistema não anda melhor. É preciso sair e ver pra crer. Ticote rodou Guarujá, Paraty, Rio de Janeiro, Cabo Frio, Santos, morou nas favelas e achou estranhíssimo não conhecer a história do vizinho que lhe dá bom-dia ao sair para o trabalho e nem estabelecer vínculos depois de alguns meses.

Na volta a Cajaíba, ele se perguntou: “O



ANA CRISTINA D'ANGELO

que eu tava fazendo lá? Não era o dinheiro que comprava o que meu pai produzia, mas o valor estava nas suas mãos”.

Há sete anos, quando já era presidente da Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba, Ticote conheceu o grupo de estudantes da UFRJ do projeto “Raízes e Frutos” com experiências em permacultura que coincidiam com as práticas primitivas da sua família e dos moradores mais antigos da comunidade. Transformou sua casa na sede do Ipeca – Instituto de Permacultura

Caiçara, uma casa-escola com oficinas e vivências de bioconstrução, telhado verde, banheiro seco, compostagem, cozinha feita de pau a pique, horta e uma biblioteca multitemas em construção.

Contabiliza com orgulho duas grandes vitórias: articulação do movimento e manifesto durante a Flip de 2009 contra a instalação de um condomínio na região. O documento final foi lido por Chico Buarque ao término de sua apresentação na festa literária de Paraty. Outro ponto pra Cajaíba foi a ação na Justiça e abaixo-assinado on-line contra a retirada das duas famílias que hoje habitam a Praia Grande para a construção de estrada por grupos econômicos.

Faltam coisas: as obras do posto de saúde estão tomadas de vegetação depois das mudanças de governo e a escola só vai até a 4ª série. Além das parcerias com os universitários, quem sustenta as iniciativas de Ticote, por enquanto, é o Vencedor, o barco que leva e traz turistas de Paraty ao Pouso e até as praias da reserva. Para saber mais e encher os olhos, acesse permaculturacaicara.org e busque no YouTube “teaser Pouso da Cajaíba”.

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

Presença cidadã

No dia 16 de fevereiro, cerca de 1,5 mil pessoas estavam em Brasília e presentes no Encontro Nacional da Rede Pró-Partido, reunião para a criação da legenda que abrigará a candidatura de Marina Silva à Presidência nas eleições de 2014. Aqueles brasileiros estavam sedentos por política, por novas ideias, ou atrás de sonhos. Maria Piza, ativista da sustentabilidade há mais de dez anos, era uma delas. Ela embarcou para a capital federal como cidadã para participar de “um momento que poderá ser histórico daqui a uns anos”, como diz em entrevista a PÁGINA22. “Achei emocionante ouvir as palavras ‘amor’, ‘respeito’ e ‘sonhos’ naquele lugar – justamente um lugar de construção política, onde o pragmatismo e o ‘politiquês’ costumam imperar.”

Em nosso site, Maria conta a experiência, as emoções e as frustrações ao participar da organização de um partido político. A presença dos cidadãos no evento era uma tentativa de democratizar ao máximo o processo. De lá saíram o nome definitivo do grupo – Rede Sustentabilidade – e o primeiro estatuto com as regras que irão nortear o partido (*mais em reportagem à pág. 32*). Nem todas as discussões, no entanto, foram transparentes, diz Maria. “Algumas regras do estatuto chegaram prontas de reuniões prévias entre os principais integrantes do grupo”, conta. Uma surpresa, segundo ela, positiva, foi constatar



LUIZA XAVIER



EFEITO VISUAL GLOBAL

Em dezembro de 1972, a tripulação da missão Apollo 17 registrou do espaço a primeira fotografia nítida da



NASA/COMMONS.WIKIMEDIA.ORG

face iluminada da Terra. Em comemoração aos 40 anos da imagem que foi amplamente disseminada, o Planetary Collective produziu um documentário com cinco astronautas que já viram nosso

lar, doce lar bem de longe. A experiência de ver o planeta do espaço foi denominada pelo escritor Frank White, em 1987, como *Overview effect* (algo como “efeito da visão de cima”), que transforma a consciência de astronautas em relação ao seu habitat e à humanidade. “Quando olhamos a Terra abaixo, vemos esse incrível, indescritível e belo planeta – como se fosse um organismo vivo e respirando. Ao mesmo tempo,

parece extremamente frágil”, disse Ronald Garan Jr., um dos astronautas entrevistados. Assista em: overviewthemovie.com

CONTOS VISUAIS

“Você envia uma foto que tenha feito. Não importa onde nem quando”, convida o site LojadeHistorias.com. A partir daí, o publicitário recifense Pedrinho Fonseca dá asas à imaginação, ao criar e publicar narrativas com base nas imagens que escolher. Essa brincadeira de treinar o olhar e a escrita resulta em deliciosos enredos nos quais não há limites para a interpretação. Apesar do nome, nada é vendido ou trocado, a não ser a aventura da leitura visual e escrita.

VALE O CLICK

ARTE DE ALGODÃO

Quem nunca parou para contemplar o céu e ver formatos nas nuvens? Essas imagens efêmeras só podem ser eternizadas e compartilhadas pela fotografia. Por isso foi criado o Projeto Nuvem 365. Em sua página Facebook.com/ProjetoNuvens365, fotos enviadas por internautas formam um mural de arte com matéria-prima da natureza.



PROJETONUENS365

VOLUNTÁRIO 2.0

A Childhood Brasil, ONG que atua na proteção de crianças e adolescentes contra o abuso e a exploração sexual, criou uma nova forma de voluntariado: o digital. Acesse Facebook.com/ChildhoodBrasil e permita a postagem de informes em sua página sobre como a ONG atua. A informação navega na rede, graças aos voluntários que nem precisam sair de casa.

LEITURA AMBIENTAL

Está disponível para download gratuito o livro *Gestão de Áreas de Riscos e Desastres Ambientais*, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). A obra aborda temas como risco ambiental à luz dos princípios da precaução, proteção da água e percepção ambiental em planos de emergência. Esse capítulo, por exemplo, traz uma proposta para os estudos de sensibilidade ambiental a derramamento de óleo. Acesse em bit.ly/Wx4kW9.

Um olhar local sobre o mundo “desenvolvido”

Vento que sopra lá **sopra aqui** | O Brasil melhora sua posição no ranking da energia eólica. Mas ainda não aprendeu a utilizar toda sua força **POR TÃO GOMES PINTO***

De acordo com o relatório do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês), o Brasil é o décimo quinto país com o maior potencial eólico instalado no mundo e o maior da América Latina. Ao todo, o parque eólico brasileiro conta com 2,5 gigawatts de capacidade total instalada. Em 2012, o país teve o oitavo maior crescimento, com incremento de 1 gigawatt, que ajudou a duplicar o potencial dessa matriz limpa.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), somente em 2012 foram instalados 38 novos parques eólicos, totalizando 108 empreendimentos. Temos, em tese, 108 parques eólicos. Enquanto China e EUA ocupam o topo global, lideramos na América Latina.

Dizemos em tese, porque já chegamos a 50 os parques instalados sem linhas de transmissão. Ou seja, as imensas pás dos moderníssimos geradores continuam girando, mas não produzem nada. São como os moinhos imaginários vistos por Dom Quixote.

Enquanto o resto do planeta inaugura um parque eólico por dia, o Brasil deixa de produzir cerca de 630 megawatts. Energia suficiente para abastecer uma cidade de 350 mil habitantes.

Quem viaja pelas estradas do Nordeste, onde se concentram as usinas eólicas, com certeza já cruzou com as carretas transportando as enormes hélices. Em uma primeira impressão, imagina-se que aquele trambolho faça parte de alguma hidrelétrica.

Exatamente o contrário. Essas pás gigantes servem para substituir a energia produzida pelas usinas tradicionais.

Nos últimos dias de fevereiro visitamos o Parque Eólico na Barra dos Coqueiros, em Sergipe. Pela primeira vez pudemos sentir o impacto de um parque eólico visto de perto.

São 23 torres gigantes, de 100 metros de altura cada uma. Produzem uma paisagem futurista, um panorama visual inesquecível. As pás girando lentamente ali, no litoral sergipano, onde já faz parte do horizonte de quem olha para o mar a visão, na distância, das torres de petróleo tirando óleo da plataforma marítima.

Uma combinação inusitada, o encontro de



duas fontes de energia, a do petróleo com a dos ventos, sempre generosos naquela região.

A responsabilidade pelas linhas de transmissão no Nordeste é, por enquanto, um privilégio da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. E a lentidão com que age a estatal Chesf é um desafio constante para os investidores privados que estão descobrindo a força dos ventos.

No caso da Barra dos Coqueiros, o investimento total foi de R\$ 125 milhões, parte vinda do Banco de Desenvolvimento da China e gerida pela Desenvix (do grupo Engevix), tendo como sócios a Jackson Empreendimentos, a norueguesa SN Power e a Fundação de Previdência Complementar dos Funcionários da Caixa Econômica Federal (Funcef).

No Ceará está instalada a Central de Geração (ICG) Ibiapina II, que abrange cinco usinas e cuja previsão era entrar em operação em agosto deste ano. Com a demora na construção dos 22 quilômetros da linha de transmissão, poderá começar a funcionar em 20 de abril de 2014. Em situação semelhante estão as ICGs João Câmara, com 26 parques eólicos, e Lagoa Nova, com 8 parques.

Mas isso não desanima os investidores. Com 300 milhões de euros, a companhia elétrica espanhola Iberdrola e o consórcio brasileiro Neoenergia iniciaram o complexo eólico de Carlango, no Rio Grande do Norte, prevendo a incorporação de mais 150 megawatts de potência no sistema brasileiro.

Com esse projeto, a Iberdrola e a Neoenergia passam a ter 10 parques eólicos em fase de construção no Brasil, gerando quase 300 megawatts. Outras cinco instalações, no Rio Grande do Norte – entre

elas o complexo de Caetité, previsto para 90 megawatts –, compõem um cenário apto a fornecer eletricidade a 450 mil brasileiros e evitar a emissão de 510 mil toneladas anuais de carbono.

Claro, se o governo, ou alguém, instalar os linhões necessários. Caso contrário, continuaremos a utilizar as altamente poluentes usinas termelétricas que foram ligadas em razão do longo período de estiagem no segundo semestre de 2012.

A última manifestação oficial do Ministério de Minas e Energia diz que as termelétricas só serão desativadas a partir de maio, dependendo da continuidade da temporada de chuvas.

Seja qual for a intensidade das águas vindas do céu, o ar em movimento (a definição mais simples para o vento) continuará sendo a principal alternativa energética para o País, combinada com a produção das hidrelétricas, da bioenergia ou energia verde, da energia solar e, nas eventualidades, com as velhas termelétricas.

Prevê-se que, em dois anos, os ventos poderão trazer para o Operador Nacional do Sistema mais de 7 mil megawatts. E, pelas estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no ritmo atual, a produção eólica brasileira poderá passar dos 11 mil megawatts até 2016.

Exagero? Otimismo em excesso? Talvez não. Ainda será pouco se comparado, por exemplo, com a China, segundo maior produtor de energia eólica do planeta: 25 mil megawatts de capacidade instalada.

* JORNALISTA, FOI UM DOS FUNDADORES DO JORNAL DA TARDE E TRABALHOU NAS REVISTAS VEJA, ISTOÉ E MANCHETE



Para o **sol entrar**... Queda nos custos das células de silício e regulamentação da geração distribuída abrem uma janela de oportunidades para o Brasil na energia fotovoltaica **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

O período recente, sobretudo a partir de meados de 2011, tem sido particularmente auspicioso para o desenvolvimento da energia solar fotovoltaica no Brasil. Tal percepção logicamente seria considerada absurda para alguém que observa os números do setor. Afinal, a capacidade de geração elétrica com base na luz solar crava irrisórios 7,6 megawatts (MW), mesmo quando comparada com outra fonte renovável modesta como a eólica, cujas usinas em operação possuem 1.934 MW instalados, de acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Não obstante, o cenário internacional, iniciativas da Aneel, a criação da agenda solar no Plano Brasil Maior e a mobilização de empresas em torno do tema justificam um olhar mais otimista quanto à inserção da fonte fotovoltaica na matriz energética brasileira. Como ocorreu com a indústria eólica, a queda nos preços das células fotovoltaicas – decorrência de aprimoramento tecnológico e da crise econômica nos países ricos – diminuiu os custos de implantação da tecnologia.

Com isso, tornou-se competitiva em várias regiões do País no caso dos consumidores residenciais e comerciais, conforme mostrou nota técnica [1] publicada em maio passado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O custo das células fotovoltaicas de silício cristalino devem terminar o ano custando 74 centavos de dólar por watt, em média, muito distante dos US\$ 76,67/watt de 35 anos atrás, segundo a Bloomberg New Energy Finance.

Duas tacadas da Aneel foram fundamentais para impulsionar investimentos no setor. A primeira foi a "Chamada de Projeto de P&D Estratégico número 13", publicada em agosto de 2011, para receber propostas de companhias energéticas interessadas na instalação de painéis fotovoltaicos em parceria com instituições de

pesquisa. Foram apresentados 18 projetos, somando 24,5 MW e custo total de quase R\$ 400 milhões, a serem financiados pelo Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica – cujos recursos provêm de uma parcela da receita líquida das empresas de geração (0,40%), transmissão (0,40%) e distribuição (0,20%). Os técnicos da agência ficaram razoavelmente satisfeitos com os projetos, cuja análise ocorreu em novembro de 2011. A Aneel rejeitou apenas uma proposta, enquanto nove obtiveram parecer favorável para contratação e oito foram devolvidas para revisão e reavaliação. Até o momento, não se sabe o resultado final desse processo.

A segunda boa notícia foi a regulamentação em abril pela Aneel da micro e minigeração distribuída por meio da Resolução nº 482 [2]. De acordo com a medida, as distribuidoras de energia deverão estar preparadas a partir de abril para efetuar conexões entre a rede elétrica e unidades consumidoras com micro (até 100 kW) e minigeração (mais de 100 kW até 1 MW) e abater o valor da conta de energia de quem produzir acima do seu consumo – excedentes fluirão instantaneamente para a rede.

No que concerne aos investimentos privados, os atos são promissores – sempre levando-se em conta que a geração fotovoltaica era menos que residual dois a três anos atrás. Na área industrial, um passo notável foi dado em 2012 com o início da operação da primeira fábrica de painéis solares do Brasil em Campinas (SP), um investimento de R\$ 15 milhões do grupo Tecnometal.

Também no ano passado, em agosto, a Bioenergy realizou o primeiro leilão para a venda de energia fotovoltaica no mercado livre. Negociou 2,5 MW médios por pouco mais de R\$ 250 o megawatt-hora (MWh). O dinheiro da venda ajudará a companhia a custear sua

primeira usina de energia solar fotovoltaica, prevista para operar a partir do terceiro trimestre em Bom Jesus da Lapa, no sertão baiano.

Segundo Eduardo Serra, presidente da Solyes, empresa responsável pela instalação da planta da Bioenergy, o custo do projeto, que iniciará com 1 MW, podendo expandir para 5 MW, ficará inferior a R\$ 7 milhões. "Será o investimento mais eficiente já realizado no setor no País", comemora o executivo, ao compará-lo com os da MPX (R\$ 11 milhões, já em funcionamento) e da Eletrosul (R\$ 8,1 milhões, previsto para operar até junho), que também possuem capacidade de 1 MW. Três tecnologias de captação da radiação solar serão testadas na usina de Bom Jesus da Lapa – policristalino, monocristalino e filme fino, com equipamentos provenientes de dez fornecedores localizados nos Estados Unidos, Alemanha, China, Taiwan e Cingapura. A Solyes foi fundada no final de 2011, e planeja instalar 566 MW em painéis fotovoltaicos – desse total, 255 MW deverão ser instalados para a Bioenergy. Serra não informa o período previsto para a execução desses projetos, que poderão consumir alguns anos.

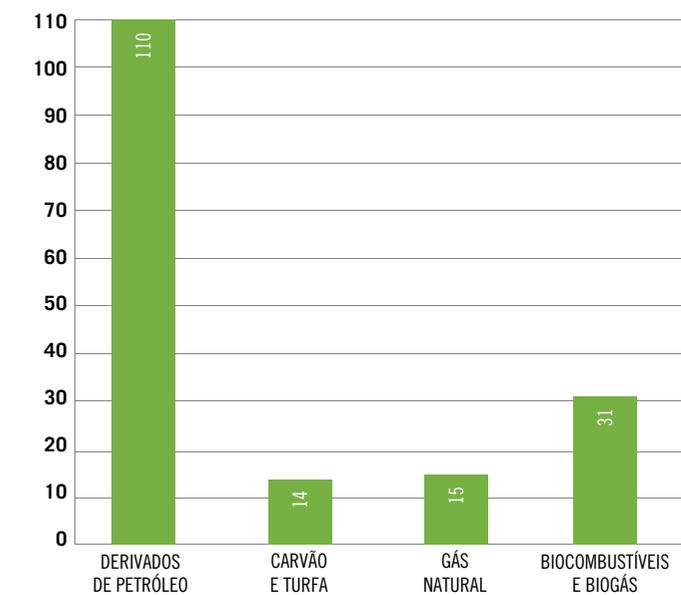
O corte nas tarifas negociado com as distribuidoras pelo governo federal no fim do ano passado diminuiu a condição significativamente vantajosa de que a solar desfrutou nos últimos dois anos nas faixas de consumo residencial e comercial, conforme indicou o estudo da EPE. A despeito do novo cenário, a fotovoltaica na geração distribuída continua mais barata do que a tarifa paga à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), segundo cálculos de Renato Mangussi, diretor de energias renováveis da Tecnometal, que é sediada em Vespasiano (MG). Nas contas de Mangussi, o custo da solar não passa dos 40 centavos de real o quilowatt-hora (kWh), valor inferior aos 55 centavos cobrados do consumidor residencial pela Cemig. "Já levo em conta a redução de 11% no valor das contas de luz do consumidor residencial."

[1] O documento pode ser baixado em bit.ly/LIRKq [2] Consulte a Resolução nº 482 em bit.ly/12dgDw4

Carvão paga menos imposto na OCDE

Mais argumentos que justificam a necessidade de reformar a política de tributação e os subsídios aos combustíveis fósseis foram fornecidos por um estudo publicado no fim de janeiro pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE). A publicação *Taxing Energy Use* apresenta a primeira análise comparativa e sistemática da estrutura e do nível dos impostos sobre combustíveis utilizados na área de energia nos 34 países integrantes da OCDE.

O trabalho revela, por exemplo, que o tributo médio efetivo sobre o carvão é de apenas 14 euros por tonelada de CO₂ emitido. O valor corresponde a menos da metade dos 31 euros pagos pelos biocombustíveis e biogás gerados nos aterros sanitários. Embora o carvão seja a fonte mais nociva ao clima entre os combustíveis fósseis, sua taxa média efetiva é a menor na comparação com os derivados de petróleo e o gás natural, que alcançam, respectivamente, 110 e 15 euros por tonelada de CO₂ emitido. O estudo pode ser acessado em bit.ly/WKMD8i. (JAGP)



MODA LIMPA | Campanha Detox, do Greenpeace, mostra a relação entre vestuário, saúde humana e contaminação ambiental GISELE NEULS

Ninguém para em frente ao espelho do provador se perguntando se a blusa que lhe caiu tão bem contém nonilfenol etoxilado. Mas resíduos desse disruptor endócrino – substância capaz de afetar o funcionamento de glândulas como tireoide e ovários – foram encontrados em 14 peças de roupas de marcas famosas. A descoberta foi possível graças à análise encomendada pelo Greenpeace Internacional [1], que divulgou seus resultados em março de 2012. Os relatórios da ONG trazem relatos de problemas de pele e alergias nos moradores próximos a fábricas na China e no México, onde o despejo de resíduos parece descontrolado.

O trabalho ainda mostrou que a contaminação química gerada pela indústria têxtil não se restringe aos rios dos países em desenvolvimento, onde a maior parte das roupas é fabricada. Resíduos químicos perigosos também se encontram presentes nos produtos têxteis à venda no varejo do mundo rico. Dessa forma, o poder de pressão dos consumidores dos países desenvolvidos é a principal arma da campanha Detox, lançada pelo Greenpeace em julho de 2011.

Ao mirar nas grandes marcas, o Greenpeace almeja impactar toda a cadeia de produção, eliminando substâncias perigosas utilizadas na lavagem, tingimento e amaciamento de tecidos e couros. Até o momento, 15 marcas de peso [2] comprometeram-se a zerar até 2020

o uso de uma série de produtos tóxicos com efeitos mutagênicos, carcinogênicos, bioacumulativos e disruptores endócrinos. Promessa esta nada fácil de cumprir, dada a acentuada ramificação da indústria têxtil. As empresas contratam grandes fornecedores, que contratam médias confecções. Estas, por sua vez, subcontratam pequenas oficinas, de modo que se torna uma missão quase impossível o controle total sobre os produtos químicos empregados nas etapas de produção.

Para enfrentar o gargalo, além da conscientização dos consumidores, a campanha pressiona as empresas a divulgarem dados mais detalhados de seus fornecedores. “Grupos locais com mais informações, mesmo que incompletas, podem fazer pressão sobre as instalações locais”, diz Marietta Harjono, do Greenpeace Internacional. Embora o alvo esteja nas principais marcas globais, ela acredita que uma conscientização aliada à demanda de mercado pode mudar até os ramos mais finos da cadeia. “A campanha visa estimular a oferta de químicos não perigosos à indústria têxtil. O aumento da procura por esses produtos deve tornar mais fácil inclusive para as pequenas empresas fabricarem roupas sem produtos tóxicos.”

Até agora, a artilharia mais pesada da campanha foi direcionada à China, principal fornecedor de têxteis ao mercado internacional. Contudo, os acordos assumidos pelas marcas são globais, ou seja,



prometem atingir os negócios no mundo todo, inclusive no Brasil. Embora a legislação brasileira seja mais exigente que a chinesa do ponto de vista socioambiental, Marcelo Furtado, diretor-executivo do Greenpeace Brasil, observa que não estamos livres de casos de contaminação [3] como os denunciados pela campanha. “A legislação brasileira não proíbe o uso da maioria dessas substâncias e o monitoramento é frágil.”

O consumidor brasileiro que quiser saber onde suas roupas foram feitas e checar as condições de produção encontrará dificuldades. Das 15 empresas que aderiram à campanha, apenas a C&A fornece

informações em português e apresenta relatório de sustentabilidade específico do Brasil. O de 2011 informa que a empresa possui 274 fornecedores diretos e pouco mais de 1.400 subcontratados, mas não revela os locais de fabricação, apenas sua distribuição por estado.

A reportagem procurou mais de uma vez Nike, Adidas, Levi's, C&A e Benetton para esclarecimentos sobre os compromissos assumidos com o Greenpeace e eventuais reflexos dos acordos nas suas atividades no Brasil. Até o fechamento desta reportagem, nenhuma dessas companhias respondeu aos pedidos de entrevista e às questões enviadas por email.

[1] O relatório *Dirty Laundry: Reloaded*, somente em inglês, está disponível em bit.ly/Zef14e [2] Adidas, Benetton, C&A, Esprit, G-Star Raw and Valentino, H&M, Levi's, Li-Ning, M&S, Mango, Nike, Puma, Uniqlo, Victoria's Secret e Zara [3] Há vários relatórios denunciando casos graves de contaminação na China e no México, bem como sobre as principais substâncias tóxicas envolvidas, todos em inglês, acessíveis no site greenpeace.org/detox

ENTREVISTA MAURÍCIO MOURA COSTA

PNEUS E PET ENTRAM NA MIRA DA BVRIO

Após estrear em dezembro de 2012 com o mercado de Cotas de Reserva Ambiental para Entrega Futura (Crafs), a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio) trabalha para lançar até o fim do ano os primeiros créditos de logística reversa do Brasil.

Pneus e garrafas PET deverão funcionar como piloto para uma futura família de títulos referentes a obrigações de recolhimento e reciclagem de produtos e equipamentos, como eletroeletrônicos e óleos combustíveis (logística reversa). Para avaliar o início de funcionamento da nova bolsa, conversamos com o sócio-fundador e diretor de operações Maurício Moura Costa. (JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA)

Foi a crise do mercado de carbono na Europa que os levou a abandonar o plano inicial de iniciar a BVRio com negócios de créditos de carbono?

Os mercados que estavam na nossa pauta de

prioridades eram o de carbono do Estado do Rio de Janeiro e o de Crafs (*títulos lastreados nas Cotas de Reserva Ambiental – CRAs; introduzidas pelo Novo Código Florestal, as cotas são vendidas por proprietários com reserva legal excedente a produtores com déficit dessa área*). A crise do mercado internacional de carbono, que é o de Kyoto, não interfere em um mercado regional, como o do Rio. No entanto, o processo de regulamentação desse mercado pelo governo fluminense foi paralisado a pedido do setor empresarial, que solicitou uma reanálise do assunto. As empresas estão preocupadas com os limites de emissões de CO₂ que serão definidos pelo futuro decreto estadual.

Uma demora na regulamentação do novo Código Florestal pelo governo afetaria os negócios com Crafs na BVRio?

Nosso objetivo é criar mecanismos de

mercado para facilitar o cumprimento de uma obrigação ambiental. O fato de ser um mercado que depende de regulamentação não é algo que deveria nos assustar. É exatamente nesses mercados regulados que atuamos. Por outro lado, são necessárias algumas atitudes a mais da parte dos governos federal e estaduais, tais como a regulamentação e a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) (*a CRA só pode ser emitida após inclusão do imóvel no CAR*).

Como o produtor pode se beneficiar dessa aquisição antecipada de CRAs?

Há várias vantagens. Uma delas é conhecer o custo de regularização de sua reserva legal. Se um produtor acha que o custo é interessante, ele já fecha esse assunto, contrata a compensação e com isso determina o preço da CRA (*gasto por hectare para manter sua reserva no imóvel do produtor que lhe vende a cota*).

A BVRio já conta com mais de 500 participantes e 77 propriedades rurais cadastradas para negociar CRAs. Algum contrato já foi fechado?

Não tem contrato fechado, nem era de se esperar que isso já tivesse acontecido. Temos apenas quase dois meses de funcionamento e 77 propriedades inscritas somando 273 mil hectares. Para nós, os números são muito satisfatórios para uma bolsa que não tem dois meses de atividade.

A bolsa pretende lançar o mercado de créditos de logística reversa antes da regulamentação do tema pelo governo federal?

A situação é muito parecida com a do Novo Código Florestal. No caso da legislação sobre resíduos sólidos, ela ainda é objeto de negociações setoriais para definir exatamente quem é responsável por que parte do processo. Mesmo assim, temos trabalhado para lançar ainda este ano alguns mercados de logística

reversa, paralelamente a esse processo de definição do marco regulatório.

Quais seriam os mercados?

Estamos olhando primeiramente os de pneus e garrafas PET. O pneu é relativamente simples de tratar de uma maneira regulatória. E o PET é um assunto com grande apelo. Já o segmento de eletroeletrônicos é muito complexo. Preferimos, assim, esperar um pouco mais para ter maior clareza a respeito.

O pioneirismo da BVRio pode tornar o Brasil um dos líderes em mercados ambientais no mundo. Mas sair na frente também envolve riscos, como o de os negócios não decolarem. Vale a pena correr esses riscos?

Risco na vida sempre há, mas não vejo nosso setor como particularmente arriscado. Estamos habituados a atuar nessa interface entre meio ambiente e finanças ambientais. E acho que é uma grande oportunidade de o

Brasil ter um papel de protagonismo em algo que é uma inovação.

A ideia é fomentar o cumprimento da legislação de uma forma mais eficiente e econômica para o setor privado?

Não só para o setor privado, para a economia em geral, para o meio ambiente também. Ao permitir o funcionamento do mercado, você tem um cumprimento mais eficiente da obrigação, desonera determinadas pessoas, remunera outras. Com isso, você permite que a legislação seja cumprida de uma maneira barata para a economia em geral e favorece a própria implementação da política pública.

Qual é o papel do aparato de comando e controle?

Esse é um componente essencial. Tudo isso acaba caindo no vazio se o governo não aplicar a legislação, deixando de punir quem não se adéqua a ela.

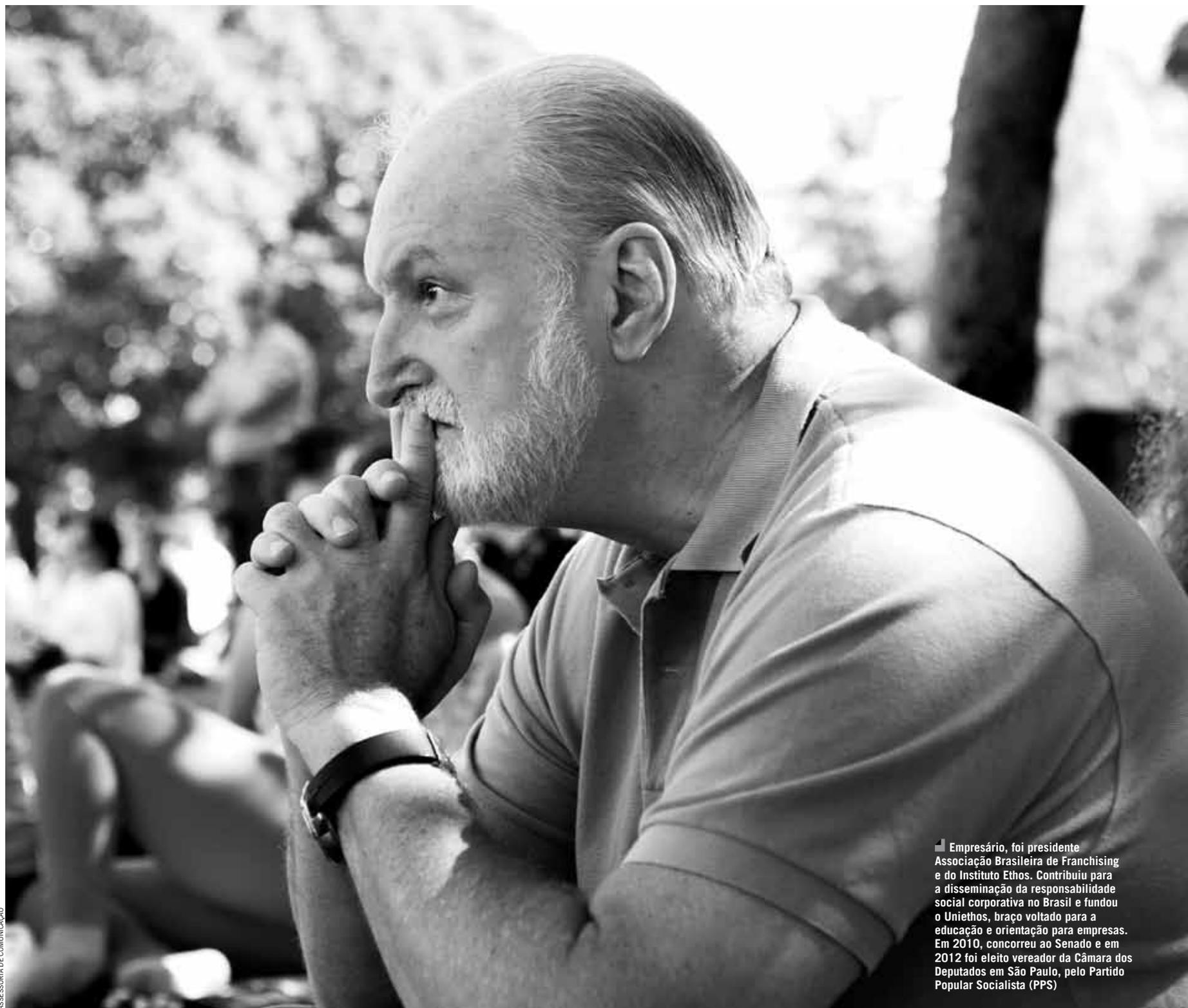
Sonhático em terra firme

POR AMÁLIA SAFATLE E JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

Uma das figuras centrais na gênese do Movimento por uma Nova Política (MNP) e na criação do partido Rede Sustentabilidade, **Ricardo Young Silva** trafega entre o mundo dos sonháticos e a realidade crua da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Eleito pelo PPS com uma plataforma ligada à sustentabilidade, Young acredita que o entendimento popular sobre o tema é crescente, pois cada vez mais se buscam elementos que proporcionem qualidade de vida além do mero consumo – alega.

Isso não significa que a tarefa seja fácil, pois as propostas de transformação nem sempre encontram ressonância. Diante disso, conta como tem sido o seu caminho das pedras: o primeiro passo, diz, é estar dentro da política, por mais que este seja considerado um espaço “contaminado”. O segundo é buscar apoio entre seus “amigos”, como tem feito por meio da Frente Parlamentar pela Sustentabilidade, já com adesão de 13 vereadores. “E a terceira coisa é: sociedade civil, me ajuda! Não adianta eu, entre 55, ficar esgoelando com os parques poderes de um vereador. Preciso da sociedade civil vocalizando aquilo em que precisamos avançar.”

Nesta entrevista que nos concedeu dois dias antes do anúncio do partido Rede Sustentabilidade, Young discorreu sobre a história, os vislumbres e o contexto global do MNP, mas não chegou a detalhar o conteúdo de sua própria plataforma de governo. “É muito menos um amontoado de propostas e muito mais um estilo de gestão que a gente está tentando levar para a Câmara. Se esse estilo será abatido antes de pleno voo, eu não sei”, diz.



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Empresário, foi presidente Associação Brasileira de Franchising e do Instituto Ethos. Contribuiu para a disseminação da responsabilidade social corporativa no Brasil e fundou o Uniethos, braço voltado para a educação e orientação para empresas. Em 2010, concorreu ao Senado e em 2012 foi eleito vereador da Câmara dos Deputados em São Paulo, pelo Partido Popular Socialista (PPS)

O senhor faz parte do núcleo do Movimento Nova Política e da criação de um novo partido (*Rede Sustentabilidade, nome que viria a ser anunciado em 16 de fevereiro*). O que se pretende efetivamente com este partido? Quais são as ambições, as diretrizes, o que se vislumbra em termos de projeto de país e também em termos de projeto político?

É uma coisa arrebatadora, pelo menos para minha geração. Estou com 56 anos e talvez o único momento em que tenha sentido esse arrebatamento de agora foi na década de 80, com o fim da ditadura, a Anistia, as Diretas Já, a Constituinte, aquele clima de construção do novo. “A democracia voltou e, agora, vamos construir”, pensava-se naquela época.

Quando nos unimos em 2008 em torno da ideia da plataforma Brasil Sustentável, nós víamos uma parte do iceberg, mas não o todo. O que víamos? Que a questão de uma opção sustentável de desenvolvimento era um imperativo e que o governo, prisioneiro dos interesses políticos e econômicos, não seria o espaço de articulação disso. Eu participei do Conselho (*Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*) na primeira gestão do Lula e vi a dificuldade de sair daquela lógica de interesses. Lógica que ditava os programas de governo e só podia ser rompida a partir de uma grande articulação na sociedade. E nós tínhamos um *case*, que vinha a ser a rede das Cidades Sustentáveis, nascida em 1996 após nossa experiência em Amsterdã.

Que experiência em Amsterdã?

O prefeito de Amsterdã abriu o primeiro congresso da GRI (*Global Reporting Initiative*) mostrando que tinha aplicado os princípios GRI para a cidade e criado novas métricas de gestão pública ligadas à questão da sustentabilidade. Foi a primeira vez que vi isso. O Guilherme (*Leal*), o Oded (*Grajew*), sua mulher, Mara, e eu estávamos caminhando em Amsterdã, entramos em um café – não um café heterodoxo, então não podem dizer que foi resultado de uma piração (*risos*) – e começamos a sonhar. Era 2006, o Al Gore tinha acabado de lançar o filme (*Uma Verdade Inconveniente*), havia saído o relatório do (*Nicholas*) Stern e o IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) estava preparando o seu. Estava aquele clima e daí nasceu a ideia de se criar o instituto Nossa São Paulo, para influenciar as eleições 2008.

Quando voltamos ao Brasil, entramos em contato com o (*filósofo e educador colombiano*) Bernardo Toro para saber a história de Bogotá e, então, lançamos a primeira plataforma, voltada não só para São Paulo, mas para algo maior. Então nasceu essa visão do *Brasil com S* (*manifesto do qual Young foi um dos signatários e que deu início ao projeto resultante na candidatura de Marina Silva à Presidência da República*).

Então tudo isso nasceu de uma perspectiva bem urbana.

Sim, mas em busca de uma visão sustentável de desenvolvimento. A economia verde ainda estava engatinhando. Vimos lá o que chamo de efeito pororoca, uma combinação inusitada nesse movimento da sociedade civil, independente das colorações ideológicas. Conseguimos unir o grosso do movimento socioambiental e o grosso das empresas socialmente responsáveis em um projeto eleitoral – uma coisa inimaginável, pois as ONGs, por definição,

A Marina não é a Marina, e sim projeção do inconsciente coletivo do movimento

quase são avessas a partidos políticos ou se colocam como partidárias ou suprapartidárias. Mas, naquele momento, houve esse efeito pororoca.

Encontrou-se um partido que, fundamentalmente graças ao (*Alfredo*) Sirkis e ao (*Fernando*) Gabeira, abriu-se para um possível projeto de poder com o conjunto da sociedade civil organizada. Isso tinha um corte diferente daquele que sustentou as eleições do Lula lá atrás, em 2002 e 2006, que era de cunho mais social. Aqui, era menos de natureza social e mais socioambiental, mais visionária, mais ligada à visão de futuro. Houve o encontro das águas entre um partido que ousou sair da política convencional – imagina, a Marina foi lançada sem coligação partidária! – e a sociedade civil. Disso saiu essa coisa maravilhosa que foi a candidatura (*de Marina Silva*) em 2010.

O senhor está falando de um agrupamento dentro do PV, que é um partido institucionalmente voltado para a política convencional?

Sim, mas, nesse momento, a hegemonia do PV era formada pelos caras que falavam para a sociedade e não para a burocracia interna do partido. Não era o Seu (*José Luiz*) Penna da vida ou a Regina Gonçalves. E era o Seu Sirkis, era o Seu Gabeira. Mas dessa experiência nasceu a ilusão – e eu era um dos iludidos – de que o PV queria se transformar em outra coisa, em um partido de massas, comprometido com uma agenda de desenvolvimento sustentável. Ninguém imaginaria que o PV seria “o” veículo desse movimento, mas sim um elemento estruturador importante.

Então, naquela época já se tinha o objetivo de institucionalizar o movimento em algum partido, ainda que fosse dentro do PV? Pergunto isso porque esse dilema foi debatido recentemente, se era o caso de formalizar mesmo ou continuar como um movimento suprapartidário.

O encontro das águas de que falei criou a ilusão de que seria possível amalgamar tudo, sem ter de abrir a mão de um partido nem confinar o movimento. Mas aí a gente começou a sentir as dificuldades, a burocracia, questões de governança, transparência e democracia, começando com a convocação das bases do partido para fazer essa mudança. Aí que vimos, concretamente, o que é a estrutura partidária brasileira: não é o Diretório Nacional nem a Executiva, é o presidente que tem poderes imperiais. O que o Penna começou a fazer sozinho foi destituir todos os diretórios que apoiavam esse projeto! E assim o PV refluuiu a um partido tradicional, fisiológico etc.

Então tivemos um primeiro grande dilema: fazemos a luta interna

para disputar a hegemonia no partido ou saímos? Ficar seria negar a própria construção daquilo que estávamos propondo, que é essa confluência dos movimentos da sociedade civil com um veículo partidário por um projeto de Brasil sustentável. Saímos em massa, aos milhares. Aí começou a surgir o segundo aspecto: a própria concepção de partido começou a ser explodida pelas redes sociais, pelas novas tecnologias e culminou – olha a simultaneidade disso! – com a Primavera Árabe, o M15 na Espanha, os estudantes na Praça do Sol. No momento em que saímos do partido de volta para a sociedade, as formas tradicionais começaram a ser questionadas no mundo inteiro.

Então a Marina, que é um radar, disse que não estava na hora de fazer nada. Ela usou uma expressão que adoro: “É hora da dispersão agregadora”. Significa: deixa o movimento expandir até o ponto máximo, porque aí a gente chegará ao momento da agregação dispersiva. Ela falava essas coisas e a gente não entendia muito bem. Isso queria dizer: quanto mais o movimento se expandir, mais será testado em sua essência. Claro, a Marina lê (*Edgar*) Morin, estudou a Teoria dos Sistemas, a Teoria do Caos, ela sabia exatamente o que estava falando. E não é testado pela agregação, é testado pela dispersão. Olha a inteligência e estratégia dessa mulher.

As pessoas achavam uma loucura não aproveitar aquele momento (*dos mais de 19 milhões de votos*) para estruturar o partido, mas ela disse para não estruturar nada, para deixar o movimento ir. Foi, foi, foi até o seu ponto de perda de força centrípeta. Quando isso aconteceu – entre 2011 e 2012 –, o movimento começou a se desorganizar. Então, ela disse que era a hora da agregação dispersiva: identificar no processo eleitoral as pessoas que melhor expressam a visão do movimento e apoiá-las independente de partido, pois são elas que estão levando a mensagem do movimento na política.

Só para esclarecer, nós temos um movimento mais amplo, formado por agrupamentos, setores e partidos e empresários, que é muito plural, como pudemos ver na Rio+20: com grupos contra e a favor a economia verde, por exemplo. E temos um movimento mais próximo, que é o da Nova Política. De quem estamos falando?

Sempre que eu falar de movimento, refiro-me ao Movimento Nova Política. No encontro do dia 23 de janeiro (*na Sala Crisantempo, em São Paulo*), ela falou: “Não importa de onde viemos, o que nos une é uma visão de Brasil sustentável”.

O desejável é que se controle o apego do líder àquilo que projetam nele”

Mais um parêntesis antes de o senhor continuar. A Marina é uma pessoa visionária etc., mas não há o risco de você fazerem o que criticam em termos de centralismo e se transformarem em um movimento personalista em torno da figura dela, muito dependente do que ela diz? Inclusive, os apoiadores usam a expressão “marineiros”.

Não dá para responder a essa pergunta dentro das categorias tradicionais pelas quais a gente analisa essas questões. A Marina não é a Marina, e sim a projeção do inconsciente coletivo desse movimento. Ela mesma coloca de forma muito clara: “Sou contra lideranças carismáticas, mas tenho a obrigação de colocar o carisma a serviço da agregação do nosso projeto”. Ela é o que melhor expressa o que todo mundo pensa.

Mas isso também acontece com outras personalidades, que acabam personificando movimentos.

Acontece. A diferença é como a pessoa se comporta com essa *persona* que a massa constrói. Se ela assume isso e atua a partir dessa projeção – como o Chávez, o Lula mais ou menos – ou tem claro que ela não é a liderança do movimento e sim um elemento catalisador.

Muitas pessoas do movimento têm mostrado uma idolatria em relação à Marina.

Ninguém controla o que as pessoas projetam nos seus líderes. O que é desejável que se controle é o apego do líder àquilo que projetam nele. E a Marina não se apega. Eu vivi muitos momentos no decorrer desses dois anos, em que encostávamos a Marina na parede, exigindo: “Marina, toma uma decisão!” E ela dizia: “A decisão não é minha, não esperem de mim o que é responsabilidade de vocês”.

Mas, voltando: nesse momento da agregação dispersiva, em 2012, ficou clara a dimensão do que é a Nova Política, sob o ponto de vista da organização partidária, de radicalização da democracia, de eliminação da intermediação, da caducidade dos partidos. Tudo isso só tinha começado a se clarear em meados de 2011 em diante, não estava lá no projeto inicial. Por isso que é um momento arrebatador: não estamos só construindo um novo veículo político para um projeto de Brasil sustentável, o próprio veículo político em si está sendo um experimento do que há de mais avançado em termos de experiência partidária. Se você olhar o Partido do Futuro na Espanha, o 5 Estrelas na Itália, o Partido Pirata da Alemanha, você verá elementos que estão presentes nessa iniciativa.

Por exemplo?

Governança. Não tem eternização de dirigentes. Vamos emprestar do que há de melhor da governança corporativa para a governança do partido. Candidatura avulsa. Você não precisa ser um quadro partidário para participar da política, pode ser sociedade civil, e nem por causa disso diminuir sua capacidade de liderança, ao contrário, pode potencializá-la por meio da política. Formas de financiamento. Cada eleitor tem que ser um apoiador financeiro, inclusive do seu candidato. Somos radicalmente a favor do financiamento público/pessoas físicas. Público no que se refere aos meios de comunicação – não do jeito que está, evidentemente –, tendo as pessoas físicas como uma fonte principal de financiamento.

Talvez hoje o nosso discurso não seja permeável. Mas será

Como o PT, no início?

O PT estava certo. A única diferença é que na época do PT havia as máquinas sindicais, que tinham recursos governamentais. Aqui não tem isso, não tem mandatos a serviço desse projeto, não tem apoio das máquinas sindicais, é uma experiência de massa a partir da sociedade civil organizada. A única coisa que vamos fechar, no dia 16 de fevereiro (*data em que a Rede Sustentabilidade viria a ser apresentada*), é sobre a contribuição de empresas. Se as empresas forem contribuir, já está definido o veto ao financiamento de empresas de bebidas, tabaco, armas e agrotóxicos ao partido. Se forem doar, que seja nominalmente, para o candidato X.

E tudo bem se o setor de petróleo e gás contribuir, já que estamos falando de propostas para uma economia de baixo carbono?

(pausa) Eu acho que não. Sou contra. Mas não existe, até onde eu sei, uma posição clara sobre isso.

Questões como essa mostram os desafios de manter a alma “revolucionária” dentro de uma instituição que começa a ter regras que de alguma forma engessam o movimento?

Não posso responder pelo movimento, mas posso afirmar que eu, pessoalmente, sou uma pessoa que mudou sua vida por causa desse projeto. O dia em que ele deixar de ser revolucionário, vou cuidar de galinhas. A minha entrada no PPS – já não sei mais se o Roberto Freire achou uma boa ideia, porque estou ‘causando’ lá dentro – tem esse sentido.

Vamos trabalhar com cenários prováveis para as próximas duas eleições. Não é absurdo que a Marina vá para o segundo turno. E não é absurdo que ganhe as eleições de 2018. Nem o PT, com toda a história que teve, conseguiu passar de 80 a 90 deputados no Congresso. Uma vitória vai colocar uma questão muito complicada para vocês, que é a da governança, que o senhor citou. O que fazer para governar o Brasil com um Congresso que não estará afinado com as posições mais progressistas? Como fazer ligações com partidos fisiológicos e não frustrar esse ideário? Quais são os limites para se aliar, para se coligar?

A gente não pode pensar linearmente, ainda mais porque a dinâmica do Brasil sustentável não é brasileira, o mundo inteiro está pensando em saídas sustentáveis e todo dia se produzem reflexões, pensamentos, teses para a sustentabilidade. Quanto mais esse movimento vai se tornando importante, maior poder de atração exerce sobre toda a inteligência de novas concepções de governo e ética. Somos mais fortes hoje que em 2010, sob o ponto de vista de recursos intelectuais à disposição e apoios da academia.

Esse é um processo dialético: quanto mais se torna significativo, mais interlocução com o conjunto da sociedade tem. Outro aspecto é que existe um ecossistema operando, que quer conceber um outro país. O partido é a dimensão política. O ecossistema são as ONGs, as novas que estão sendo criadas, como o IDS (*Instituto Democracia e Sustentabilidade*), a Raps (*Rede de Ação Política pela Sustentabilidade*), além da rede das Cidades Sustentáveis, o Ethos, o Cebds, que trabalham a dimensão da gestão, então não só uma tarefa do partido. Tenho certeza de que, quando chegar a hora de enfrentar o poder, teremos instituições sólidas. Os elementos da

nova política – que são a ética, transparência, *disclosure*, decisões em rede – estão cada vez mais presentes na cultura das pessoas envolvidas. Isso vai criando anticorpos no movimento para propostas e coligações menos republicanas.

Como fazer dele um partido de massas, com ampla penetração nas camadas populares? Como atrair simpatizantes e ganhar escala nacional, principalmente junto a classes populares e para além da classe alta, que constitui boa parte desse movimento?

Não é um fenômeno de massa ainda, mas aos poucos vai se expandindo. A gente obtém isso tendo cada vez mais candidatos que vocalizem essa mensagem entrando na disputa eleitoral.

Boa parte do eleitorado de pessoas como o senhor e o vereador Nabil Bonduki (do PT), por exemplo, é de classe média. O senhor não acha que o discurso das lideranças ligadas à sustentabilidade é ainda pouco palpável e hermético para as periferias?

Vocês assistiram ao filme *Lincoln*? O ponto é o seguinte: não importa se são 10%, 20%, 25%. Importa se o que a gente está fazendo está em sintonia ou não com o momento histórico. Eu acho que o momento histórico é de uma resposta quase que civilizatória mesmo. Esse padrão civilizatório atual não dá! E ele já começa a mostrar os sinais de enfraquecimento. Talvez o nosso discurso não seja muito permeável hoje. Mas será. Por exemplo, quando fui fazer campanha nas regiões de alagamento, as pessoas já sabem o que é risco ambiental e evento climático extremo, o que é contaminação, lixo plástico em bueiro.

Por outro lado, há um desejo de reprodução do padrão de consumo das classes altas.

Sim, mas isso foi uma coisa bem legal (*de observar*) na campanha. Todo mundo, aliás, devia fazer campanha, mesmo para ser síndico de prédio. Porque ela te obriga a uma humildade à qual a gente não está acostumado, que é pedir voto. Você tem que dizer: “Não sou p... nenhuma, você não me conhece, não tem a mínima razão para confiar em mim, mas gostaria que você confiasse, porque vou poder fazer a sua vida ficar um pouco melhor”. É um esforço esse negócio.

E uma das minhas alegrias na campanha foi perceber que as pessoas já entendem que o consumo não é objetivo da vida. Tive uma experiência maravilhosa no chamado Morro da Lua, no Campo Limpo. É uma comunidade invadida, fica a 100 metros de altura e todas as casas já estavam com o mobiliário das Casas Bahia, mas da porta para fora é um horror, porque nem existe água, é preciso roubar água de uma escola pública. As três líderes da

comunidade me disseram: “Não estamos pedindo emprego nem dinheiro. Queremos qualidade de vida e ser respeitadas como seres humanos. Compramos o que precisamos, mas o que o poder público pode fazer por nós não está fazendo!” Foi esse tipo de consciência que encontrei na periferia. Não é verdade que as pessoas não têm consciência dos limites da felicidade ligada a consumo.

É essa linha de qualidade de vida que deve ser explorada como programa de governo pelo partido?

Acho que sim. Uma das coisas bonitas da economia verde é que ela desvincula qualidade de vida de crescimento material.

No texto “Minha proposta para São Paulo”, que está no seu site, o senhor fala muito em ressignificação da Câmara Municipal e em modelo de governança inovadora. Mas quais são suas propostas concretas para inovar o modelo de governança?

Desde a campanha para o Senado, tenho procurado aplicar os princípios da nova política: transparência, horizontalidade, não hierarquização, amplificação dos espaços públicos, não clientelismo etc. Preparamos uma ótima equipe e isso está se expressando concretamente assim: 1 – Protocolei e estou criando a Frente Parlamentar pela Sustentabilidade para tirar a discussão da sustentabilidade do viés partidário e fazê-la de forma consistente sob o ponto de vista técnico. 2 – Estamos enlouquecendo o cerimonial da Câmara, porque queremos trazer os movimentos para debater os problemas da cidade dentro da própria Casa. Então, temos (*os encontros*) Segundas Paulistanas e três seminários por semestre para debater diretamente com os vereadores e gabinetes. 3 – Estamos usando muito as redes sociais e todo aquele potencial incrível da TV Câmara para produzir programas para as redes sociais.

Então, eu diria que é menos um amontoado de propostas e muito mais um estilo de gestão que a gente está tentando levar para a Câmara. Se esse estilo será abatido antes de pleno voo, eu não sei.

O senhor acha que a questão do estilo é tão importante quanto apresentar propostas para, por exemplo, incluir mecanismos de participação social na discussão das políticas?

Esses mecanismos fazem parte do estilo. Por exemplo, tem vários temas extremamente controvertidos, como a questão da Cracolândia, a mobilidade. A gente tem algumas hipóteses de propostas, mas quer discuti-las com a sociedade. No Segundas Paulistanas, em uma segunda-feira por mês, estamos promovendo o encontro da Câmara

com o público. Isso fará parte da elaboração das propostas e vamos submeter isso via redes sociais e site para a sociedade.

Pegando um exemplo bem concreto: o Plano Diretor precisa ser revisado, o que é possível fazer para que a cidade contenha essa especulação imobiliária que vive hoje em dia?

Minha plataforma básica são os 12 eixos das Cidades Sustentáveis. Em relação ao Plano Diretor, vai ser um pega pra capar, porque a gente tem que reinventar essa cidade a partir dele. Reinventar tirando os carros das ruas, mas não de forma autoritária, e sim por meio de mecanismos de atração, para que as pessoas vejam que o custo de manter seus automóveis é maior que migrar para o transporte coletivo. Isso significa mexer nos terminais, nos pontos de ônibus, no nível de conforto do transporte público. Temos que radicalizar no código de obras os mecanismos de construção sustentável. Temos de enfrentar o adensamento da cidade de um lado para liberar áreas públicas e de lazer de outro.

Mas como conseguir maioria para isso?

Não sei! Se eu soubesse... a primeira coisa é estar dentro. A segunda coisa é encontrar seus amigos, e daí a Frente Parlamentar pela Sustentabilidade e as comissões, que são chave no processo.

Quantos vereadores fazem parte da Frente?

Trezes pessoas, de todos os partidos. E a terceira coisa é: sociedade civil, me ajuda! Não adianta eu, entre 55, ficar esgoelando com os parques poderes de um vereador. Preciso da sociedade civil vocalizando aquilo em que precisamos avançar por meio dos mandatos da Frente Parlamentar.

O senhor pretende continuar no PPS ou se filiar ao novo partido?

Isso foi negociado desde o início. Eu gostaria que o PPS se transformasse em uma das bases partidárias da futura candidatura da Marina. Dentro do PPS, estou fazendo força para isso e tenho tido algum sucesso. Agora, formado o partido, eu vou sair do PPS.

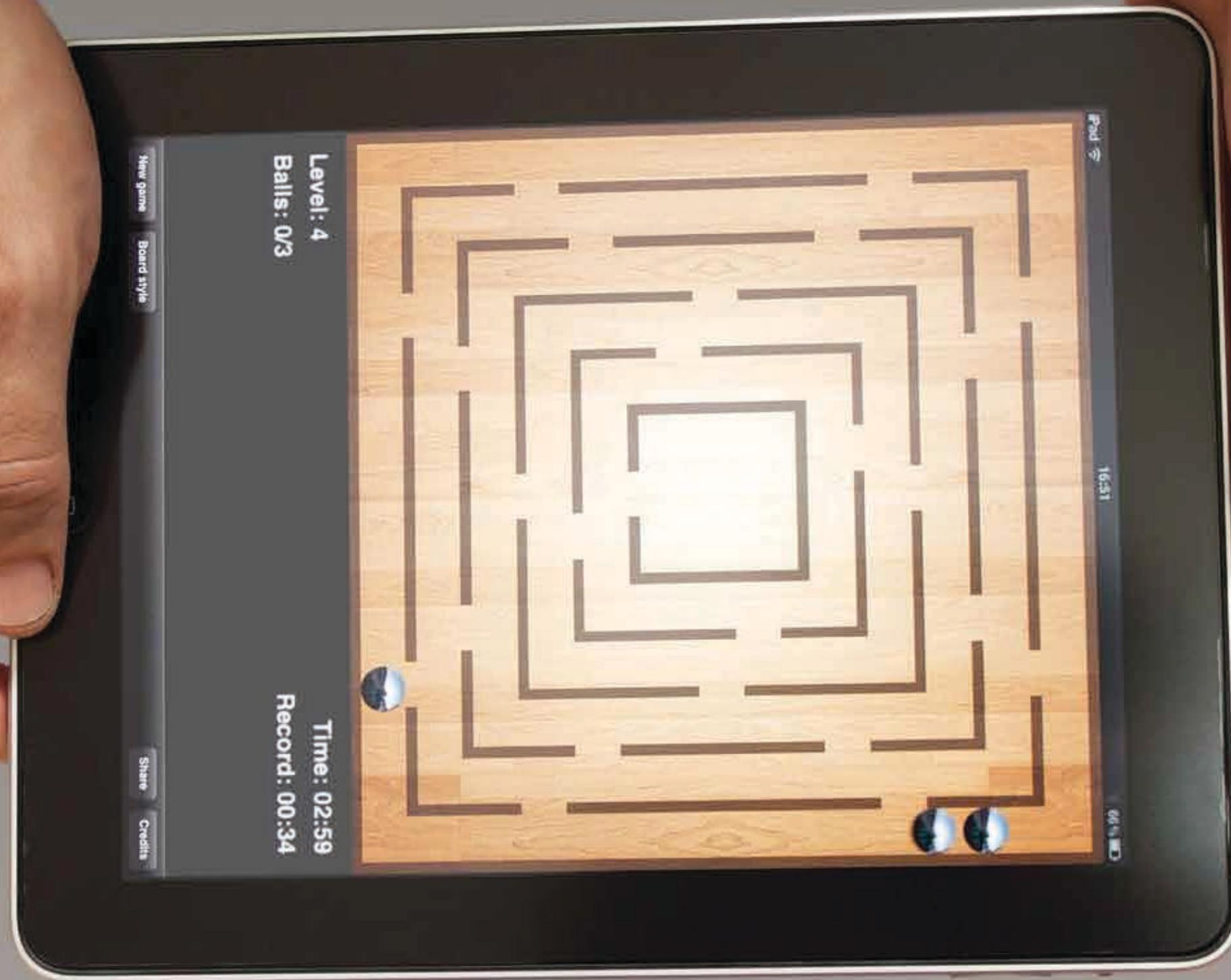
O PPS não se opõe?

O combinado não é caro. Eu não tenho do que me queixar no PPS. Tudo o que combinamos eles têm honrado. E tudo o que tenho proposto na Câmara eles têm me dado condições de fazer.

O que motivou o senhor a entrar na política?

Essa visão de transformação do País. Primeiro, essa necessidade da transformação na direção da sustentabilidade. Segundo, um absoluto descrédito de que essa sociedade consumista, capitalista, tradicional etc. dará uma resposta civilizatória para o bem-estar da humanidade. E, terceiro, a necessidade de a gente devolver a política como um instrumento legítimo de transformação da sociedade, e não como se fosse um espaço contaminado. A política como o melhor espírito de Hannah Arendt, como a melhor prática do processo de desenvolvimento de uma civilização. Eu não teria entrado na política se não tivesse uma causa como a que estamos discutindo aqui; eu continuaria na sociedade civil e fazendo isso empresarialmente. Pretendo terminar meu mandato porque quero ter essa experiência até o fim. 

Eu não teria entrado na política se não tivesse esta causa



Ganho de corpo

Entre caminhos e descaminhos nas últimas décadas, o movimento da sustentabilidade avança pelas bordas rumo ao núcleo, em busca de maior poder de influência. Na linha do tempo contada nesta reportagem, acompanhe sua crescente institucionalização no contexto político, por meio de leis, organizações e partidos

POR MAGALI CABRAL FOTOS AMANDA ABAD

A Rede Sustentabilidade pode ser vista como o mais recente capítulo em uma trajetória de altos e baixos

No campo político, os efervescentes anos 1960 testemunharam a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana no poder, a construção do Muro de Berlim, a Guerra Fria, a corrida espacial, o início do processo de descolonização na Ásia e na África. Nas ruas, enquanto isso, os filhos dos sobreviventes da Segunda Guerra inauguravam a contracultura ao promover a revolução sexual, o movimento feminista, o Maio de 68, o *flower power*, Woodstock...

Termo cunhado pelo cientista político baiano Carlos Nelson Coutinho para definir as tendências intelectuais da época e usado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, no livro *Como Mudar o Mundo*

Em meio a essa “sopa eclética”, vitaminada por uma prosperidade material sem precedentes advinda do milagre econômico do pós-guerra, eclode a noção de finitude dos recursos naturais do planeta. É o embrião de um movimento global que nasce com propósitos ambientais, recebe valiosos subsídios da comunidade científica, atravessa grandes eventos internacionais sob os auspícios das Nações Unidas, abraça causas sociais, interfere em processos produtivos, propõe mudanças de paradigma aos sistemas político e econômico vigentes e transforma-se, enfim, na corrente que hoje se conhece por sustentabilidade.

Experimentaram-se derrotas e refluxos ao longo desses cerca de 40 anos, mas também viram-se muitas bandeiras importantes sendo incorporadas às políticas institucionais de vários países. No Brasil, a iniciativa em curso de criação de um novo partido político, a Rede Sustentabilidade, que traz como uma de suas propostas a inserção na agenda institucional de um modelo de desenvolvimento sustentável, pode ser compreendida como o mais recente capítulo dessa trajetória cheia de altos e baixos.

Enquanto o mundo absorvia os impactos do emblemático relatório *Limites do Crescimento*, produzido por cientistas do MIT (sigla em inglês para o Instituto de Tecnologia de Massachusetts) para o Clube de Roma, e dos embates ocorridos em 1972 na primeira conferência ambiental das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, entre países desenvolvidos e não desenvolvidos sobre o direito ao crescimento econômico, várias áreas do saber envolviam-se com o tema, entre elas as do Direito e da política.

Assim, começaram a se desenhar os primeiros marcos regulatórios, incorporando questões ambientais à esfera institucional, e surgiram também os primeiros partidos

políticos, como o Partido Verde, fundado em 1980 na Alemanha, e que inspirou a organização de partidos similares pelo mundo. A Red-Green Coalition governou a Alemanha por dois mandatos (1998-2005) sob a liderança do chanceler Gerhard Schröder, do Partido Social-Democrata (SPD), tendo os Verdes como os chamados *junior partners*. Conseguiram aprovar um programa de desativação dos reatores nucleares, que será completado em 2022, influenciaram a União Europeia a adotar um enfoque mais ambiental para sua política agrícola e mantiveram o governo alemão fora da operação de invasão do Iraque, embora continuando a oferecer suporte indireto à ação dos Estados Unidos, que mantêm bases militares na Alemanha. Hoje, contam com 62 deputados no Bundestag, a maior representação parlamentar já obtida por um partido verde (em termos relativos).

“A Alemanha é hoje uma sociedade avançadíssima em termos de sustentabilidade, assim como os países escandinavos, por influência da família de partidos verdes”, analisa o cientista político Eduardo Viola, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), sem esquecer de atribuir mérito ao fato de a Alemanha ter um dos sistemas políticos mais modernos e transparentes do mundo.

A preocupação ambiental nos anos 1970 girava em torno das catástrofes, como a poluição marinha provocada por derramamentos de petróleo e acidentes nucleares. Logo após a conferência de Estocolmo, surgiram as primeiras leis de caráter preventivo e restritivo, definindo um modelo para servir às políticas públicas ambientais que foi chamado de “comando e controle”. O poder público passou a licenciar e fiscalizar atividades de risco por meio de padrões determinados em lei. Os que não respeitassem os padrões de funcionamento eram autuados.

Segundo o professor titular de Direito Ambiental da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Fernando Rei, o tempo mostrou que o modelo apresentava pelo menos um grande problema. Aqueles que não cumpriam os padrões preferiam a autuação ao investimento em novas tecnologias antipoluidoras, pois repassavam o custo da sanção ao consumidor. Além disso, a sanção dava um certo respaldo ao direito de poluir. Algo na linha: bem, já que estou pagando, continuo poluindo.

É dessa época o primeiro marco legal a tratar o meio ambiente como um direito próprio e autônomo, a Lei



nº 9.638/81, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Embora baseada no modelo de comando e controle, a PNMA era avançada para a época, pois, segundo Rei, já se abria à visão do modelo de “gestão ambiental”, que pressupõe a medição de resultados empresariais não apenas de ordem econômica, mas também social e ambiental, o chamado *triple bottom line*. Ao considerar os riscos e as oportunidades atrelados à gestão socioambiental, o TBL torna-se uma poderosa arma de reforço para as políticas de comando e controle.

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

Enquanto no plano econômico os anos 1980 foram taxados de “a década perdida”, no movimento ambiental e no cenário político-partidário a década foi marcada por várias realizações importantes, a começar pela redemocratização do Brasil. A nova democracia brasileira, pós-ditadura militar, funciona na base do presidencialismo de coalizão, ou seja, os partidos oferecem a base parlamentar que falta ao governo em troca de participação (cargos) no Executivo, assegurando a governabilidade do País.

Emergiu nesse contexto, ainda no período derradeiro do regime militar, o Partido dos Trabalhadores (PT) – que nasceu em fevereiro de 1980 a partir de uma confluência de forças políticas ligadas ao novo sindicalismo, aos movimentos sociais, à Igreja e a partidos e grupos de esquerda clandestinos. Além de rejeitar a fórmula do presidencialismo de coalizão, identificando-a com o fisiologismo, o partido se estruturou “de baixo para cima”, por meio de núcleos de base, introduziu na cena política institucional novos atores sociais (trabalhadores, ativistas sociais e da

Igreja) e propôs uma revolução democrática pacífica por dentro do sistema.

Alguns anos depois, em 1986, era fundado no Brasil o Partido Verde, que deu um importante passo além da sua missão político-partidária de defesa da pauta ambiental dentro do Congresso Nacional às vésperas do início dos trabalhos do Congresso Constituinte. Os **líderes fundadores** do partido ajudaram a articular uma ponte entre o sindicalista e ecologista Chico Mendes e algumas das mais proeminentes entidades ambientalistas da Europa e dos Estados Unidos, entre as quais o Environmental Defense Fund (EDF), uma das mais importantes organizações não governamentais americanas.

O mundo começava, então, a tomar conhecimento do perigoso conflito agrário entre os defensores de um modelo de desenvolvimento da Amazônia baseado no uso sustentável da floresta e os que insistiam na derrubada da mata para implantação de uma pecuária extensiva.

Para Chico Mendes, a luta terminou em 1988, enquanto o País ainda comemorava a nova e progressista Constituição Federal do Brasil. Além de reconstituir as liberdades democráticas, garantir de forma abrangente os direitos sociais dos brasileiros e fortalecer o papel do Ministério Público como instrumento fundamental na defesa dos direitos difusos e coletivos (meio ambiente, indígenas e consumidores, entre outros), a Carta incorporou o admirável **capítulo VI**, que trata do meio ambiente e que se tornou referência mundial.

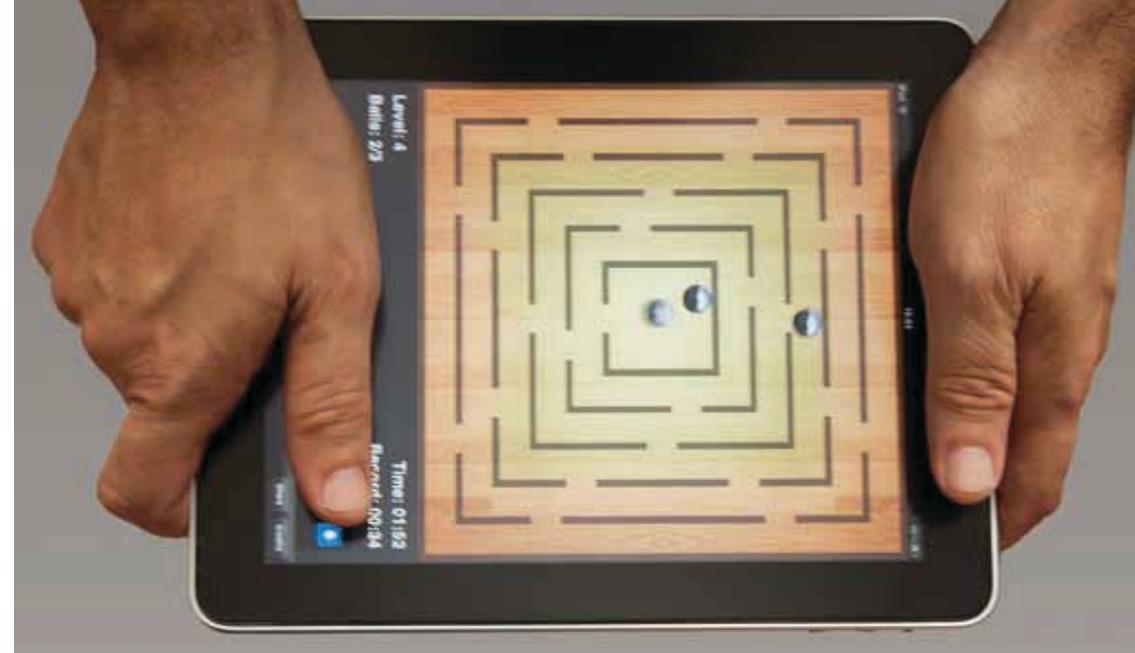
DEZ A ZERO

“A Constituição de 88 foi tão pioneira que tratou naquela época de temas que só emergiriam anos mais

A década perdida caracterizou-se pelo baixo crescimento, desemprego, explosão da dívida externa provocada pelo aumento extraordinário da taxa de juro americana e inflação fora de controle

Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Herbert Daniel e Lucélia Santos

Prevê o artigo 225, do Capítulo VI, da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”



No Congresso Constituinte, a Frente Parlamentar Ambientalista cabia numa Kombi, lembra Mantovani

tarde, como o conceito de biodiversidade”, lembra o advogado e ambientalista Fabio Feldmann, que, em seu primeiro de três mandatos consecutivos como deputado federal pelo PMDB (1986-1988) e o PSDB (1988-1998), liderou uma articulação entre parlamentares progressistas para a inclusão na Constituição de um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente.

“Em termos ambientais, a Constituição de 88 dá de 10 a zero em todas as outras, exceto talvez na da Alemanha, que é praticamente um ‘código florestal’”, opina o diretor de políticas públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Mario Mantovani, que desde aquela época acompanha de perto os trabalhos da Frente Parlamentar Ambientalista no Congresso Nacional. A Frente é aberta aos deputados federais e senadores interessados em participar de articulações em prol da proteção ambiental.

No Congresso Constituinte, a Frente Parlamentar Ambientalista cabia numa Kombi, lembra Mantovani. Era composta por nove membros. “Felizmente, entre os nove havia ‘feras’ como Fabio Feldmann.” Hoje, segundo Mantovani, “a Frente Parlamentar conta com quase 300 membros, muitos deles especializados em temas como educação ambiental, Pantanal ou Cerrado”, comemora ele, apesar da recente derrota para a bancada ruralista no caso do Código Florestal. “Ganhamos aqui, perdemos ali, mas continuamos na luta”, diz. “É parte do jogo político.”

No âmbito global, o relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado pela Comissão Brundtland em 1987, com sua definição para **desenvolvimento sustentável**, corria mun-

do. Nesse período, percebeu-se que era hora de convocar uma nova conferência ambiental. Não se falava mais em poluição local, mas de uma poluição que ultrapassava as fronteiras. Clamava-se por uma responsabilidade comum dos países. Por várias razões geopolíticas, é senso comum que será difícil repetir o êxito da Rio 92.

O Muro de Berlim caíra, abrindo a oportunidade de atrair as novas economias do Leste Europeu para a agenda da sustentabilidade. Despontavam os primeiros indícios de países que teriam um rápido crescimento econômico – caso dos Tigres Asiáticos. Havia também a percepção de que a agenda não era mais exclusivamente ambiental: “A preservação da integridade dos recursos naturais do planeta só teria sentido se esse esforço sinalizasse também o fim das injustiças sociais”, lembra o professor de Direito Ambiental da Faap.

A DUCHA FRIA DO CÓDIGO

Após esses avanços, um refluxo atingiu o movimento global da sustentabilidade neste novo milênio, que, segundo Feldmann, foi agravado pela crise econômica mundial iniciada em 2008. No Brasil, o símbolo maior desse esmorecimento do movimento ambientalista foi a aprovação no ano passado de um Novo Código Florestal altamente favorável ao agronegócio, que anistiou o desmatamento ilegal em topos de morro e margens de rios, em um flagrante desrespeito aos proprietários rurais cumpridores da lei.

Naquele momento, a robusta Frente Parlamentar

Ambientalista fragmentou-se. A forma como tem sido conduzida a implementação de projetos de construção de usinas hidrelétricas, entre elas a de Belo Monte, também tem estado em desacordo com algumas das práticas mais elementares de gestão da sustentabilidade.

Ainda assim, o arcabouço em prol do meio ambiente conseguiu agregar importantes marcos legais nos últimos anos. Para o vereador paulistano Nabil Bonduki (PT), arquiteto e professor de Planejamento Urbano da FAU-USP, nesse período foi fundamental para o movimento a **Lei de Crimes Ambientais**, promulgada no finalzinho dos anos 1990, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010. Esta última, como bem observou o vereador, teve o grande mérito de ir muito além da reciclagem do lixo: “Os consumidores, que até então eram meros espectadores do movimento pela sustentabilidade, transformaram-se também em atores importantes ao começar a separar o lixo de suas casas para dar aos recicláveis uma destinação mais apropriada”.

Outras conquistas não menos importantes foram as a Lei da Mata Atlântica, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc).

QUAL BANDEIRA?

Um caminho para retomar uma trajetória mais positiva na agenda da sustentabilidade poderia ser a união da Rede Sustentabilidade – caso se torne de fato uma estrutura institucionalizada, na forma de um partido legalizado – às forças simpatizantes das causas ambientais dentro do sistema político-partidário tradicional e pulverizado que temos, que leva às coalizões. No entanto, essa é uma possibilidade incerta.

Segundo Eduardo Viola, ao ingressar na política institucional, a Rede trabalhará, sim, na coordenação de várias bandeiras da sustentabilidade, porém, dará mais ênfase à

agenda da ética e da transparência a fim de recuperar a credibilidade da política entre os brasileiros. “No Brasil, a política tradicional rejeita as novas gerações que estão orientadas para o bem comum e selecionam apenas as pessoas que querem a política para realizar negócios pessoais em rede de amigos e de poder”, diagnostica Viola. “Não podemos deixar de atuar nessa questão”, reitera.

Para Fabio Feldmann, a chegada do novo partido deveria pressupor uma retomada vigorosa do movimento. “Os partidos que estão hoje no poder, ou o disputando, não possuem qualquer agenda para a sustentabilidade”, afirma. Por isso, em sua opinião, a Rede deveria centrar seus esforços nessa bandeira e não na ética da política. “Acho que o novo partido político terá grande capacidade de atrair pessoas que não necessariamente se entusiasma pela política, mas que querem trabalhar pelo movimento ambientalista *lato sensu*, isto é, pelas mudanças climáticas, biodiversidade, direito indígena etc.”

Mario Mantovani, que desde a Constituinte atua na Frente Parlamentar Ambientalista no Congresso Nacional, mesmo sem nunca ter se filiado a um partido político, crê que a Rede Sustentabilidade terá um valor inestimável para o movimento ambientalista, independentemente de aceitar ou não participar das coalizões partidárias típicas do sistema político brasileiro.

Otimista e dono de uma visão bem pragmática da política partidária, o dirigente da SOS Mata Atlântica diz que, mesmo com deputados de todos os matizes – inclusive o do toma-lá-da-cá –, o Brasil conseguiu construir um arcabouço ambiental fantástico. “Tudo isso atuando dentro de um Congresso que faz política ao mesmo tempo com oligarquias, intelectuais sérios, caras do BBB, o esportista em evidência e até com palhaço”. E arremata: “Somos um caldeirão”.

Ou, quem sabe dissesse Carlos Nelson Coutinho: somos uma sopa eclética. 

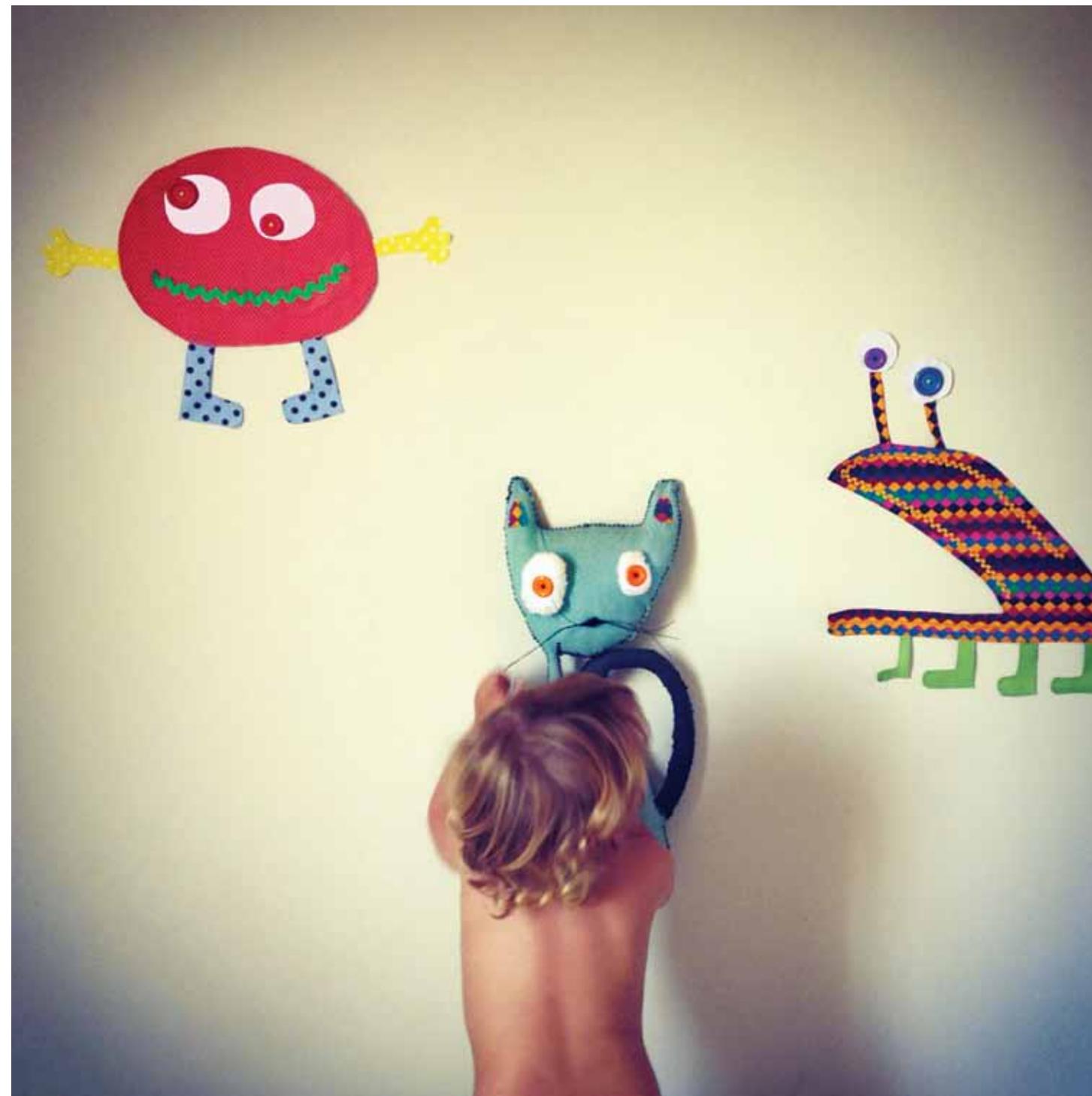
■ A Lei nº 9.605 foi publicada em fevereiro de 1998 e inovou ao apontar que a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras e coautoras da infração

■ “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”

Filhos do mundo

FOTOS MANU MELO FRANCO TEXTO LETICIA FREIRE

Um mundo melhor para as crianças ou crianças melhores para o mundo? Tomé, por certo, não saberá responder a essa questão. Tomé brinca. Cria caminhos pelas paredes e pelo chão, vive entre as estrelas, conversa com as flores. Mas o futuro dele – e de tantos outros pequenos brasileiros – é a responsabilidade que nos cabe no jogo da vida. Não à toa, a essência frágil e amorosa que acompanha esses pequenos (grandes) indivíduos serve de inspiração para melhores escolhas. Vem da nossa criança interior a vontade de acreditar que o mundo que construímos hoje será bem cuidado pelos adultos de amanhã. E desse desejo habitamos, assim como Tomé, universos mágicos que não são completamente utópicos. Basta enxergar com os olhos que, um dia, já tivemos: olhos infantis.







Dentro do jogo

Na busca de maior influência política para um movimento difuso e sonhador, a Rede é lançada com mais perguntas que respostas. O tempo dirá se vai conseguir dar cartas em uma mesa baseada em velhas premissas de poder e governança

POR INÊS CASTILHO FOTOS AMANDA ABAD

Novas ideias buscam renovar os ares na política brasileira. Alinhadas a algumas tendências mundiais, que tateiam caminhos para além da política tradicional, corroída por seus vícios, elas vêm tecer um fio de esperança quando os ouvidos de Brasília se fazem mais moucos – como ao recusar-se a escutar a voz das ruas contra Renan Calheiros na presidência do Senado. Mas haverá no jogo duro da política lugar para a transparência, o diálogo, a participação – valores prometidos pela Rede Sustentabilidade, de Marina Silva? Depois do PT dos primórdios, é a vez de outro partido protagonizar o embate entre idealismo e pragmatismo.

Lançada em Brasília dia 16 de fevereiro por cerca de 1,5 mil seguidores – uma diversidade de ativistas, intelectuais, políticos, educadores, estudantes, religiosos –, muitos dos quais se deslocaram por conta própria até o Cerrado, a Rede foi construída em torno de Marina Silva. Nome que é um símbolo, no País e fora dele, pela origem, pela trajetória, pelo gênero, tendo como eixo o aprofundamento da democracia e a sustentabilidade – econômica, social, ambiental, política e cultural.

“Ninguém segura uma ideia cujo tempo chegou”, repete Marina, como um mantra. Nascida em 8 de fevereiro de 1958 e criada no seringal Bagaço, a 70 quilômetros de Rio Branco, no Acre, Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima foi companheira de luta de Chico Mendes, vereadora, deputada estadual, senadora e ministra – sempre pelo PT –, e candidata a presidente da República pelo PV. Depositária de esperanças pela ética na política, recolhe no lançamento da Rede gente de (quase) todo o espectro político. *(Mais sobre ética à pág.38)*

Atuação política individual, com o uso de meios digitais, que se espalha por uma rede de vários organismos institucionais. Seria uma derivação do movimento estudantil de 1968, quando uma revolta juvenil que varreu o mundo mudou os costumes e inovou a política

Compareceram ao lançamento do futuro partido pessoas originárias do PT, PSOL, PV, PPS, PSDB e PMDB de mais da metade dos estados do País. A diversidade marca também os que têm mandato político: Domingos Dutra, deputado federal quilombola pelo PT do Maranhão, ferrenho opositor da família Sarney; Ricardo Young, vereador pelo PPS-SP, uma voz do empresariado dito progressista (*mais em entrevista à pág. 14*); Alfredo Sirkis, fundador e deputado federal pelo PV do Rio de Janeiro; Walter Feldman, deputado federal pelo PSDB paulista e até outro dia serrista roxo; e Heloísa Helena, ex-companheira de Senado pelo PT, hoje vereadora de Maceió pelo PSOL alagoano. Evangélica como Marina, foi dela que a ex-senadora do Acre mais se aproximou, de mãos dadas, na abertura do evento. “Na vertigem, a gente busca uma borda para se apoiar”, repete Marina.

O lançamento de um partido cujos fundamentos são a democracia e a causa socioambiental foi também aplaudido por artistas como Fernando Meirelles, Gilberto Gil, Wagner Moura, Marcos Palmeira e Lenine. “A Rede são redes”, poematiza Arnaldo Antunes. No círculo mais próximo da provável candidata presidencial em 2014, estão nomes como o da educadora Maria Alice (Neca) Setúbal, herdeira do banco Itaú; Guilherme Leal, copresidente do conselho de administração da Natura; João Paulo Capobianco, do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); Pedro Ivo de Souza Batista, da Associação Terrazul; o economista Eduardo Giannetti da Fonseca; e o professor da USP Ricardo Abramovay.

A Rede se origina do Movimento por uma Nova Política (MNP), os Sonháticos, criado na vazante das

eleições de 2010 – quando os 19 milhões de votos de Marina, então PV, levaram a disputa entre PT e PSDB ao segundo turno. Com a desfiliação de Marina e seus seguidores do PV, o MNP foi tecido em sites, no Facebook e no Twitter. Ativistas do MNP já haviam criado em 2009 o IDS, que se mobilizou no FlorestaFazadiferença, organizou rodas de conversa sobre democracia e sustentabilidade, pesquisou educação, juventude e política cidadã.

“Um dos eixos conceituais desse movimento é o de **ativismo autoral**”, turbinado pelas redes sociais, sem participação direta em instituições. A Rede pretende estimular esse ativismo”, diz o sociólogo André Takahashi, ele mesmo um ativista socioambiental que integra a Comissão Executiva Nacional do futuro partido. Desde 2000 no movimento anticapitalismo global, Taka, como é conhecido, circula próximo aos coletivos Fora do Eixo, Matilha Cultural, Casa de Cultura Digital e ExisteAmoremSP.

BASE SOCIAL

Pesquisa recente do Datafolha revela que continuam fiéis a Marina os 19 milhões de votos que ela recebeu em 2010. José Eli da Veiga, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP e do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), considera que, além da causa ambiental, existam outras motivações para esse apoio. “Há um número grande de evangélicos, a fração que valoriza sua ética e coerência, mas muitos católicos também. E talvez uma base que tem com ela identidade de classe, como a população tem com o Lula”, arrisca.

Criticada pela proximidade com uma elite, a Rede tenderia a atrair forças conservadoras e progressistas, na opinião de Marco Antonio Carvalho Teixeira, professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (Easp-FGV). “Apenas um projeto político, que ainda não foi apresentado à sociedade, pode unir essas forças. É um projeto ecológico, de ecodesenvolvimento? É preciso defini-lo, pois só assim a Rede vai conseguir justificar a diversidade e ser capaz de atuar unificadamente”, diz.

Para Veiga, a nova legenda não será um movimento de massa. “Os sociólogos classificam como pós-materialistas as pessoas que desejam democracia para valer, mas, em um país carente como o Brasil, elas estão mais ligadas a questões de consumo e de salário, e tendem a votar antes como materialistas”, diz. De fato, atingir o grande público é o maior desafio da Rede, concorda Marco Antonio Teixeira. “Como chegar embaixo, na ponta, com uma linguagem de difícil assimilação? A internet já vem desempenhando um papel importante na movimentação da Rede, e, pela própria natureza do seu debate e facilidade de

“O que fará com relação ao sistema financeiro, às grandes obras? Como atrairá investimentos externos? O que é a nova economia?”, questiona-se

multiplicação, será um instrumento valioso”, diz.

Na visão da socióloga e jornalista Maristela Bernardo, também fundadora do partido, a sustentabilidade como eixo da sociedade exige um sistema de tomada de decisão mais aberto e horizontal. “Temos de pensar outro sistema produtivo, uma mudança do motor essencial das sociedades, que é o excesso de consumo e a decorrente naturalização das injustiças”, afirma.

Mas isso parece não ser suficiente – é preciso deixar claro qual é o seu programa político, defende Teixeira. “A Rede tem uma crítica ao governo não tão contundente e a bandeira de ser diferente. Mas precisa mostrar, concretamente, o que é ser diferente. O que fará com relação ao sistema financeiro, às grandes obras, como vai atrair investimentos externos? O que é essa nova economia que Marina diz que o governo não entende?”, questiona. “Até aqui, não temos essas respostas.”

RADICALIZAR A DEMOCRACIA

O novo partido – o 31º do país, se conseguir meio milhão de assinaturas em pelo menos nove estados até um ano antes das eleições de outubro de 2014, se quiser concorrer, e os R\$ 500 mil necessários para buscá-las – pertence à linha alternativa dos partidos verdes e dos recentes partidos Pirata europeus, do Syriza da Grécia e do Partido do Futuro da Espanha – que exigem democracia, ponto, como dizem os espanhóis. Mas que não por isso deixam de ser controversos, como o Movimento 5 Estrelas, da Itália, que com apenas três anos já conquistou cargos legislativos e executivos e acaba de colocar a governabilidade do país em uma sinuca de bico – ao receber 25% dos votos para a Câmara dos Deputados e quase 24% para o Senado e rejeitar coalizões tanto à esquerda quanto à direita.

Para o ativista Takahashi, a Rede é um espaço de experimentação, como ao criar o Conselho Político Cidadão, para que representantes de movimentos sociais, intelectuais e formadores de opinião de fora do partido possam participar e exercer um controle social independente sobre ele. Outro exemplo é a minirreforma de baixo para cima, representada pela limitação

do exercício de cargos eleitos a dois mandatos, pelas candidaturas avulsas, e pelo limite às doações e à restrição do tipo de empresas doadoras – dos setores de agrotóxicos, bebidas alcoólicas, tabaco e armamento.

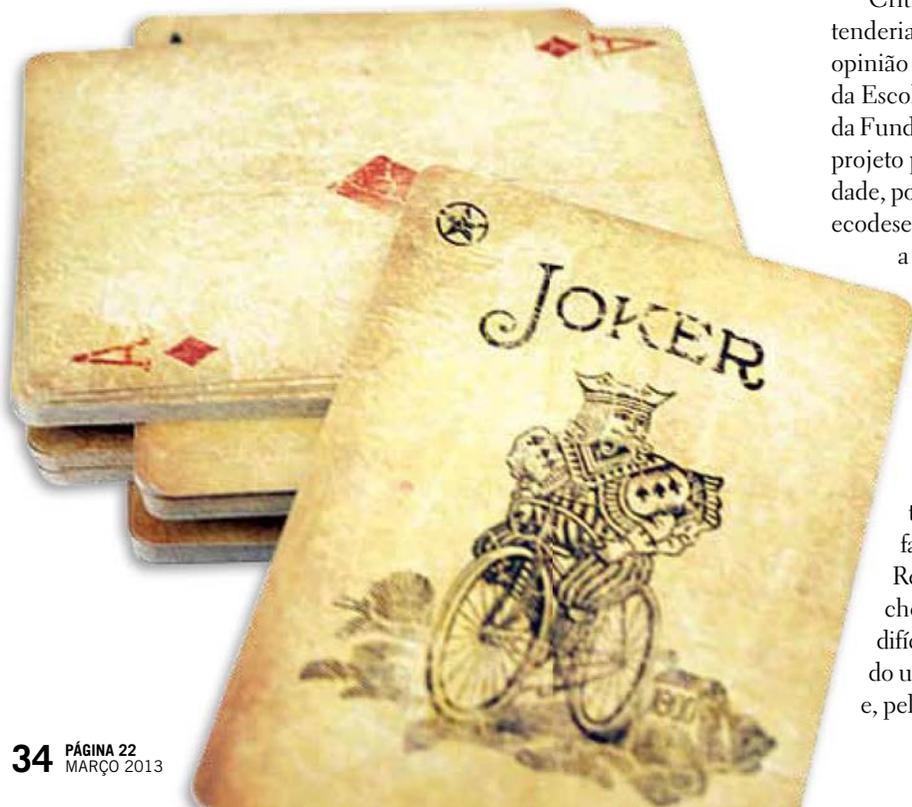
A Rede acerta quando traz à tona o debate sobre o financiamento de campanha, mas erra na definição de exclusões na sua política de doações corporativas, principalmente ao deixar de fora as construtoras, responsáveis pelos maiores escândalos de corrupção do Brasil, considera Teixeira, da Easp-FGV.

Segundo Takahashi, há uma demanda interna grande para incluir empreiteiras, mineradoras e bancos. Mas, para Teixeira, a questão é muito mais complexa: tanto o financiamento público como o privado trazem riscos. Imagine que, por esse critério, a Zara, por exemplo, poderia doar – mas ela é acusada de conivência com o trabalho escravo. “Temos de criar mecanismos mais rigorosos de controle e transparência institucional, de combate ao caixa 2”, afirma o professor.

UTOPIAS GOVERNAM?

Não se pode caracterizar a criação desse partido apenas como suporte para uma candidatura de Marina em 2014, analisa Maristela Bernardo. “Seria muito pouco para tudo que essa movimentação pode significar.” Para José Eli da Veiga, é muito cedo para falar em eleições. “É preciso pensar sob uma perspectiva ampla – o PT esperou 22 anos para chegar à Presidência da República. Ninguém é realmente competitivo sem ter uma rede de vereadores e prefeitos como cabos eleitorais.”

Mas, na era da aceleração digital, talvez não seja impossível ver Marina Silva eleita já em 2014. “Se ela for para o segundo turno, agrega todos os setores antipetistas – PSDB, DEM – e tem chances de vencer”, sustenta Teixeira. E é então que haverá o confronto entre idealismo e pragmatismo. “A chegada ao governo significa a perda da ingenuidade, pois só é possível governar buscando aliados. Mesmo fazendo alianças programáticas, como defende Marina, com base em proposta de governo, será difícil deixar de fazer concessões clientelistas com oferta de cargos”, diz.





"Não há repertório, não há conhecimento acumulado para essa inovação", diz Marina

De fato, utopias podem até ganhar eleições, mas utopias governam?, pergunta o cientista político e professor da FGV Cláudio Gonçalves Couto, em artigo no *Valor Econômico*. Para ele, as maiores dificuldades da Rede provêm justamente daquilo que a distingue dos outros partidos.

"Comportar imensa diversidade interna parece um trunfo, mas pode causar contratempos. Para exemplificar: como a ex-radical petista, que não se enquadrou também no PSOL, Heloísa Helena, vai se entender com o recém-kassabista e serrista Walter Feldman, quando questões relacionadas à participação do Estado na economia estiverem em disputa? Pode-se esperar não só conflito, mas incompatibilidade", observa.

Outra questão colocada por ele diz respeito ao limite de dois mandatos aos parlamentares. "Quer dizer então que desperdiçará os ganhos que a experiência, a especialização e o conhecimento do jogo político aportam aos seus parlamentares?", pergunta Couto. Para Teixeira, porém, "esse é um debate corajoso, que a Rede vem ajudar a enfrentar e amadurecer. Porque, se por um lado existe a questão do aprendizado e da experiência, por outro, política nesse país virou carreira e, como tal, fonte de renda. A renovação é salutar".

Também preocupa a centralização em Marina, o marinismo de que ela é objeto – e sujeito. "Está dissolvido o marinismo, temos agora uma Rede em torno da diversidade", disse ela, ingenuamente. Em seus pronunciamentos, contudo, afirma que a liderança carismática deve usar seu carisma para dar lugar a um movimento multicêntrico. "Marina é nossa maior liderança no campo socioambiental, mas os fundadores da Rede, no conjunto, não são marinocentristas", garante Takahashi.

Há ainda as posições que decorrem do fato de Marina ser evangélica. "Ela tem valores conservadores na questão de costumes – aborto, drogas e casamento gay, entre outros assuntos. Mas afirma que não iria contra

uma tendência majoritária na sociedade e propõe plebiscito sobre esses temas", diz José Eli da Veiga. "Não consigo levar cientistas para a candidatura dela por causa das declarações ambíguas que fez sobre criacionismo, e sua posição contrária aos transgênicos. Não sou contra a energia nuclear, como ela. Mas Marina tem uma ética igual à minha."

DISPUTA E COLABORAÇÃO

Em meio a críticas e esperanças, a grande pergunta é: como superar a crise da representação e reinventar a democracia? "Vivemos em um sistema em que o referencial é a disputa de interesses políticos, e a Rede é uma forma de construção de um poder cidadão, com diálogo, colaboração e transparência – não por conchas e acordos secretos. Queremos mudar as referências", sustenta Takahashi, que confessa nunca ter imaginado estar, um dia, junto com um pessoal tão diverso – "de socialistas radicais revolucionários a um tucano". No entanto, ele se diz disposto a dialogar.

"É tudo muito novo. A ideia é levar propostas e críticas, *raquear* o partido por dentro, provocar assuntos como cultura livre, propriedade digital aberta, liberdade na internet, transparência extrema do Estado e do partido. Qualquer situação meio estranha, a gente vai recorrer à nova política: levar o tema para a sociedade, mobilizar. Buscamos a maior transparência possível em uma realidade em disputa", afirma Taka.

Vivemos uma encruzilhada, escreveu o sociólogo americano Immanuel Wallerstein, pesquisador de repercussão internacional [1]: "O sistema-mundo capitalista vive uma bifurcação, em que a ação coletiva da humanidade determinará que tipo de ordem mundial teremos no futuro, para o bem ou para o mal. De um lado, vão procurar implementar um sistema baseado não no papel central do mercado, mas antes numa combinação da força bruta e do engano, em que permaneçam três elementos-chave do presente: hierarquia, exploração e polarização. No outro lado, haverá forças populares em todo o mundo que vão procurar criar um novo tipo de sistema histórico, baseado na democracia relativa e na relativa igualdade. Vamos aprender nas décadas futuras a construir este sistema".

"Não há repertório, não há conhecimento acumulado para essa inovação", repete Marina. "Se não um novo caminho, uma nova maneira de caminhar." ²²

[1] O texto está em seu site iwallerstein.com e foi traduzido pelo *Outras Palavras* em goo.gl/IY7nr.

[OPINIÃO]

Momento decisivo | Para que as propostas do movimento ambientalista tenham real incidência no debate eleitoral que se inicia, é indispensável aprimorar o repertório de temas técnicos que dominamos **POR SERGIO LEITÃO***

Setores da economia brasileira enxergam que os próximos sete anos serão decisivos para o País. Para eles, é o período em que o Brasil, segundo estudo do Banco Mundial intitulado *Envelhecendo em um Brasil mais velho*, contará com o valor máximo do chamado bônus demográfico, quando há mais pessoas trabalhando do que aposentadas.

A partir de 2020, essa relação começará a se inverter e, portanto, é imprescindível incrementar nosso desenvolvimento até lá, para dar conta de dispor dos recursos necessários ao atendimento da crescente população na terceira idade e das novas gerações.

Até Delfim Netto, czar da economia durante os anos de chumbo e uma opinião ainda hoje influente em estratos conservadores do País, ao falar do bônus demográfico, afirma que não iremos assegurar um padrão de vida decente para os 150 milhões de brasileiros que constituirão a população ativa do País em 2030, apoiado somente na força da agricultura ou com a exploração do petróleo.

É justamente esse tipo de debate que faz crescer a pressão sobre a exploração dos recursos naturais, em especial os localizados na Amazônia, âncora da expansão econômica brasileira vivida nos últimos anos. Entre 1998 e 2008, os produtos oriundos do uso intensivo de recursos naturais (mineração, madeira, petróleo) aumentaram sua participação de 46% para 54% do total do nosso comércio externo, enquanto a média mundial era de 26%.

Para aprofundar ainda mais o que

vem sendo chamado de reprimarização da economia, investiremos, até 2020, R\$ 749 bilhões na indústria de petróleo. Boa parte desses recursos é para viabilizar a exploração do pré-sal, no momento em que já não é mais possível prever que essa extração em águas tão profundas será feita a preços competitivos – tendo em vista a produção de petróleo e gás extraído do xisto e das areias betuminosas nos Estados Unidos e no Canadá, muito mais barata.

Não bastasse o risco econômico, com a exploração do pré-sal o Brasil despejará 197% a mais de CO₂ na atmosfera até 2020. Iremos produzir 6,09 milhões de barris de petróleo por dia, o que representará 955,82 milhões de toneladas de carbono nas contas das emissões mundiais dos gases de efeito estufa.

ELEIÇÕES 2014

O debate sobre o desenvolvimento do País nos próximos sete anos será impulsionado pela realização das próximas eleições presidenciais, pois caberá a quem for eleito em 2014 assumir a responsabilidade de discutir com a sociedade, em um período tão crucial, as opções que terão de ser feitas para garantir um futuro digno para o povo brasileiro.

As organizações da sociedade civil, os movimentos e as redes sociais intensificarão a elaboração de propostas sobre a inserção da questão ambiental no planejamento do futuro do País. Para que as nossas propostas tenham incidência real no debate, é indispensável aprimorar o repertório de temas técnicos que dominamos, como a utilização de cenários

econômicos e a elaboração de mapas de prospecção do que poderá ser o amanhã.

Teremos de apresentar propostas, por exemplo, que dialoguem com as necessidades e aspirações das novas faixas de renda que ascenderam com o crescimento da economia no governo Lula, quando foram gerados 20 milhões de postos de trabalho, 94% deles com ganhos de até 1,5 salário mínimo mensal. Formou-se um segmento que, na opinião do economista Marcio Pochmann, é politicamente conservador, fortemente mobilizado pelo consumismo e que será o fiel da balança nas eleições dos próximos anos.

Isso significa que a possibilidade de vitória nos embates sobre o meio ambiente implica criar meios que propiciem a mobilização dessas novas faixas de renda para a defesa do tema. O assunto é especialmente relevante no Congresso Nacional, onde existe uma ofensiva para modificar as leis ambientais, iniciada com o Código Florestal e que agora mira as Unidades de Conservação, com a existência de mais de 300 projetos propondo a extinção ou redução da extensão de diversas delas em todas as regiões.

O momento para elaborarmos as nossas propostas e provocarmos o debate é agora, em 2013, quando se dá o aquecimento para o jogo das eleições do ano que vem. A eleição de 2014 já começou e o que faremos agora determinará o futuro da sustentabilidade no Brasil.

*** DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO GREENPEACE BRASIL E SÓCIO DO INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE (IDS)**



Assim caminha a humanidade

No processo de evolução civilizatória, partidos que se embasam na sustentabilidade podem recolocar em nosso senso ético o respeito à natureza, perdido no século XIX

POR THAÍS HERRERO FOTOS LUIZA XAVIER

“A maior medida do século XIX. Aprovada por meio de corrupção, com a cumplicidade do homem mais puro da América”, disse ao final do filme *Lincoln* o personagem que interpreta Thaddeus Stevens. O longa-metragem mostra como Abraham Lincoln – que presidiu os Estados Unidos de 1861 a abril de 1865, quando foi assassinado – faz de tudo (de *lobby* à venda de cargos) para que os congressistas aprovelem a emenda que aboliu a escravidão naquele país, em abril de 1865.

Poderíamos condenar Lincoln por usar artifícios imorais para alterar a ordem ética vigente (da escravidão), mas seu posicionamento é complexo, porque, para ele, imoral era aceitar a existência de escravos. A noção que a humanidade tem sobre ética é datada, situada em um momento histórico e é aprendida e modificada, visto que, de tempos em tempos, indivíduos e grupos se colocam contra a ordem vigente. Daí surgem reflexões e revoluções, como no caso do fim da escravidão, que, de país em país, aconteceu no mundo todo.

Grupos que lutam pelos direitos humanos são

exemplos desses atores sociais que revolucionam. A eles devemos as conquistas pelos direitos das mulheres e dos gays, por exemplo, ao longo do século XX. De algumas décadas para cá, os ambientalistas entraram nesse rol que dissemina ideias sobre como deveríamos cuidar do espaço em que moramos e questionam éticas vigentes, hábitos e estilos de vida que eram, até então, inquestionáveis.

Para o filósofo Mario Sergio Cortella, professor da Fundação Dom Cabral, a relação das sociedades ocidentais com a natureza mudou após o século XIX, quando a humanidade viveu – e causou – uma explosão de conhecimento científico. Foi a época de conquistas territoriais, como a do Oeste dos Estados Unidos e a da África, do desenvolvimento da energia elétrica, da telefonia e dos motores, entre outros exemplos. “O homem se deu conta de que poderia conquistar todos os lugares. O mundo virou propriedade nossa e passou a ser *para nós*”, diz Cortella.

A reverência à natureza tornou-se cada vez menos comum, já que tudo era explicado pela razão científica.

■ Lançado em 2012, o filme, apesar de favorito, ganhou apenas dois prêmios no Oscar 2013 – o de melhor ator, para Daniel Day-Lewis, e o de melhor *design* de produção

■ Stevens foi líder da facção radical do Partido Republicano e um dos maiores apoiadores da abolição da escravidão. No filme, é interpretado por Tommy Lee Jones

■ Moral é a prática da ética. Está na consciência e ação dos indivíduos, que podem segui-la ou ser imorais

■ Ética: conjunto de valores e princípios coletivos que regem a conduta social. Não existe ética individual ou universal

Ao levar o respeito à natureza à esfera política, esses partidos sacodem "certezas quietadas"

“Antes, era um hábito que, a cada refeição, as famílias agradecessem pelo alimento servido e jamais permitiam sobras no prato. Hoje, a fartura – que beira o exagero – retirou nosso cuidado até com o alimento”, exemplifica Cortella. E completa: “Perdemos a reverência com a natureza e, com isso, o respeito e a noção de nosso potencial destruidor”.

Na visão de Cortella, partidos com base na sustentabilidade, ao levar esse assunto para a esfera política, promovem uma “sacudida em nossas certezas quietadas”. Caberia a esses partidos recolocar o respeito à natureza em nosso senso ético. Segundo Roberto Romano, também filósofo e professor de Ética da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), não há mudança moral e ética sem crise. “São em situações-limite da vida social que propostas de renovação de comportamento aparecem”, diz.

ÉTICA EM XEQUE

Pelo menos três momentos nos últimos séculos podem ser apontados como esquinas que mudaram a ética do Ocidente. Durante o **Renascimento** (séculos XIV a XVII), rompeu-se a ideia de que, para uma sociedade ser moralmente correta, precisaria ser necessariamente religiosa. No fim do século XVIII, a Revolução Francesa substituiu a monarquia pelo regime republicano e imortalizou sua **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, que continha a noção de igualdade entre os homens e a liberdade de opinião.

Outro documento considerado um marco no pensamento da ética foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembleia Geral da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), como resultado do pesadelo vivido pelo mundo na Segunda Guerra Mundial. “Governos autoritários, como na Alemanha nazista, entendiam que algumas pessoas eram destituídas de sua condição humana. Quando o mundo se deu conta do absurdo que era aquilo, reagiu e foi estabelecido um padrão de relacionamento dos Estados com os cidadãos e dos cidadãos entre si”, explica Oscar Vilhena, diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. (mais em *Entrevista à página 44*)

Período marcado pela valorização do pensamento racional e da ciência e pelo papel central do homem no mundo, antes submetido aos desígnios divinos

Os artigos referentes dizem: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As destinações sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum” e “Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei”



É o caso dos direitos de crianças e adolescentes. A Declaração da ONU considera a proteção aos direitos de todos, porém menores de idade não eram considerados sujeitos de direito na época em que o documento foi aprovado pelos países, e sim responsabilidade dos pais. Nada se previa contra pais e responsáveis que batiam nas crianças e não as deixavam estudar para que trabalhassem. A condição dos menores só muda com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, adotada em novembro de 1989, que torna obrigatória a matrícula e a manutenção da criança na escola pelos pais. Torna-se um direito básico dela. “Daqui a 50 anos, teremos outras percepções de direitos e deveres. Talvez com os direitos dos animais”, diz Vilhena.

JOGO LIMPO

Vivemos hoje o momento mais democrático da história da humanidade. Como escreveu Renato Janine Ribeiro no livro *Política para não ser idiota*, passamos de uma Antiguidade em que poucos habitantes de fato viviam na democracia (que excluía mulheres, escravos e estrangeiros) para um “contexto em que metade do mundo vive em ambiente democrático, e a expansão das democracias parece estar continuando”.

Ainda assim, Cortella, coautor do livro, afirma em entrevista à PÁGINA22 que a democracia brasileira tem problemas em relação à ética, entre outros motivos por ser uma democracia muito jovem. (A *democracia foi um tema explorado pelo cientista político Fernando Abrucio na entrevista “Devagar e Sempre”, publicada na edição 40*)

Romano concorda e lembra que por aqui nunca houve uma “revolução democrática”. O País foi Colônia, esteve dominado pela aristocracia até o fim do Império e até hoje possui parte de seu território submisso a oligarquias. Nossa história também é farta de coronelismo, governos ditatoriais e golpes de Estado. “Como é



que poderíamos resolver problemas democráticos com remédios não democráticos?”, questiona. Para Romano, por muito tempo o brasileiro foi submisso ao Estado e temeroso a ele, que tinha poder de prender arbitrariamente, exilar e torturar. Isso teria subtraído da população a possibilidade de amadurecer politicamente.

Um dos problemas da falta de ética por parte de muitos políticos, segundo o professor da Unicamp, é que ainda vivemos uma “ética do Absolutismo”. Nela aqueles que estão dentro do aparelho do Estado comportam-se como superiores aos cidadãos comuns. E falta prestação de contas e responsabilização das autoridades por seus atos nos Três Poderes.

Existente um princípio fundamental para a ética política, difundido em países desenvolvidos, chamado *accountability*, que significa a responsabilização dos governantes diante dos governados. Foi criado, no século XVII, após a **Revolução Puritana** na Inglaterra, e instituiu a prestação de contas dos reis absolutistas sobre seu trabalho e dinheiro. Até então, eles só “prestavam contas a Deus”, visto que seriam seus representantes na Terra. Hoje, isso cabe aos servidores públicos e chefes de governo, que precisam provar sua idoneidade e ser afastados quando há suspeitas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o U. S. Government Accountability Office é o órgão auxiliar do Congresso que examina o trabalho dos políticos.

“A *accountability* estabeleceu o princípio do Estado democrático moderno, mas é algo que nós, brasileiros, não conhecemos”, lamenta Romano. “Caminhamos a passos lentos nesse tema.” As leis da Transparência Pública, da Improbidade Administrativa e da Ficha Limpa constituem, para Romano, o início da fiscalização dos políticos. Espera-se que atuem com maior correção.

Ocorrida durante a Guerra Civil (1642-1651), quando o Parlamento enfrentou o rei Carlos I, que foi decapitado pelos republicanos em 1649

No Brasil, movimentos como os das mãos limpas nunca resistiram à chegada ao poder

Inserir a ética na política é um discurso há muito difundido, seja em campanhas eleitorais, seja na criação de novos partidos ou em análises filosóficas e políticas. Parece que há sempre alguém (ou alguns) tentando provar que, desta vez, a ética vai imperar. Essa sensação de ciclos não é em vão. Desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, os movimentos de oposição levantam, entre outras, a bandeira da correção nas instituições públicas.

No fim da Era Vargas, uma parcela da classe média urbana organizou-se em torno da União Democrática Nacional, a UDN. Em 1964, em defesa do golpe militar estava o discurso de que o novo governo acabaria com os corruptos. A corrupção permaneceu e a oposição, insatisfeita com a forma de governar, uniu-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966.

Na campanha à Presidência da República em 1989, Fernando Collor de Mello ficou conhecido como “o Caçador de Marajás”, que pretendia acabar com os altos e desproporcionais salários de uma elite do funcionalismo público. A ética também foi uma das principais bandeiras de Lula, quando concorreu e venceu as eleições presidenciais de 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT). “Mas esses movimentos de mãos limpas nunca resistiram à chegada ao poder”, afirma Roberto Romano.

PARA NÃO SER IDIOTA

Uma das soluções para manter a qualidade da política e dos políticos é educação e qualificação, segundo os entrevistados. “Política não é só partido. Fazemos política ao ir à reunião de condomínio, ao jogar óleo de cozinha na pia sabendo que isso vai gerar poluição, ao colar na prova. E ao não fazer essas coisas também”, diz Mario Sergio Cortella.

Na Grécia Antiga, chamava-se de *idiótes* aqueles que só se preocupavam com sua vida privada, sem interesse na vida pública e na política. É essa a razão do nome do livro *Política para não ser idiota*. “Mudamos o significado dessa palavra e precisamos reinvertê-lo”, ensina Cortella a PÁGINA22.

Em outro trecho do livro, ele explica: “(...) na escola, não conseguimos fazer com que o jovem se encante com a política sem contar a presença do adversário, do inimigo. Existe um asco pela política, pois ela é associada à política partidária de acordos espúrios e da corrupção”.

De tempos em tempos, mudamos a ética e a noção de moral de nossas sociedades. Apesar de alguns tropeços, caminhamos. É preciso pessoas corajosas, como Abraham Lincoln, revoluções que acabem com equívocos históricos como a escravidão e muitas páginas nos livros de História para entender como e por que o homem é o que é. [zz](#)

[ANÁLISE]

Desconstruindo ideias prontas | Se não se tornar efetiva a governança da mudança climática, ficará mais provável um “choque de civilizações” do que uma isolada crise civilizatória do chamado Ocidente **POR JOSÉ ELI DA VEIGA***

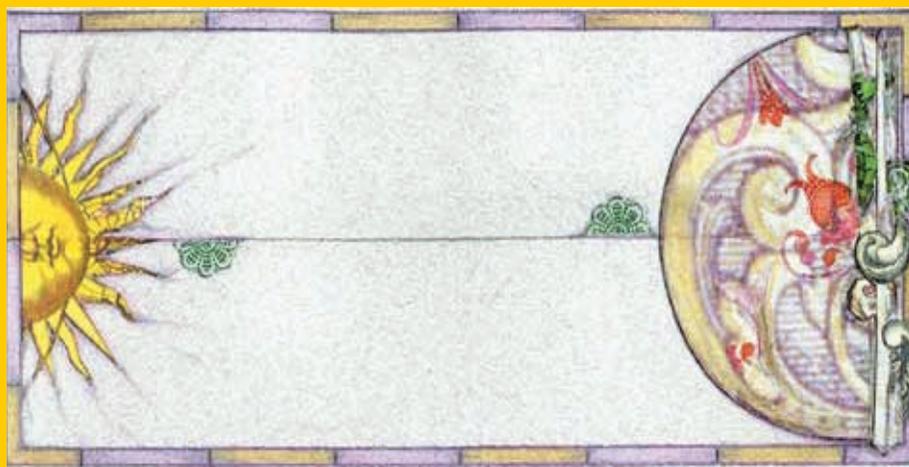
Há afirmações que costumam ser feitas como se fossem meras repetições de certezas, ou de razoáveis consensos, quando, ao contrário, são ideias sujeitas a contestações, ou com grande potencial de gerar controvérsias. Ninguém sairia perdendo se, em vez de peremptórias, tais afirmações fossem apresentadas como modestas preferências de respostas para certas dúvidas. Assim, ao menos se evitaria a difusão de equívocos.

Correspondem perfeitamente a tal contexto duas afirmações que com certeza já chegaram aos ouvidos dos leitores de PÁGINA22: “estamos em uma crise civilizatória”; “o ser humano é egoísta”. Até dá para entender as possíveis origens dessas avaliações, mas poderia ser desastroso supor que sejam inofensivas.

Quantas civilizações coexistem na atualidade? Não houve coincidência alguma entre os que mais aprofundaram estudos sobre o tema. Supondo que se chegasse a algum consenso de que elas são “sete ou oito”, dele necessariamente decorreria a seguinte interrogação: a qual delas está se referindo quem afirma que haja crise civilizatória?

O mais provável é que esteja pensando na que decorreu da grande expansão europeia, frequentemente chamada de Ocidente. Pois então: será mesmo razoável afirmar que essa civilização está em crise? A principal justificativa para tal dúvida vem de uma simples comparação com o período 1914-1945, a “Era da Catástrofe”.

Com certeza houve uma crise civilizatória quando se esteve sob a ameaça de vitória do nazismo, movimento duplamente engendrado pelas disputas geopolíticas europeias e pelos impactos sociais da pior recessão econômica do capitalismo. Mas nada de parecido ocorreu a partir de então, apesar da longa lista de outras tragédias bélicas e desastres sociais causados por terremotos econômicos. Desde



que, entre julho de 1944 e junho de 1945, os acordos de Bretton Woods foram firmados por 44 nações e que 51 criaram a ONU, passou-se a contar com razoável governança global, por mais criticável que seja.

É verdade que três ou quatro décadas depois surgiram evidências de que a inédita prosperidade obtida, principalmente durante a Era de Ouro (1948-73), começara a solapar os próprios fundamentos biogeofísicos do desenvolvimento humano.

Todavia, os balanços científicos disponíveis sobre as fronteiras ecológicas globais estão longe de comprovar alguma crise da civilização ocidental. Mais: se não se tornar efetiva a governança da mudança climática, ficará mais provável um “choque de civilizações” do que uma isolada crise civilizatória do chamado Ocidente.

Tais dúvidas nem sequer estariam sendo formuladas se o ser humano fosse apenas egoísta. Se a humanidade chegou até a ponto de poder se colocar esse tipo de problema, foi porque seu pendur à cooperação evoluiu tanto ou mais que sua propensão egoísta. São raríssimas outras espécies com capacidade cooperativa que possa chegar a ser comparável à do gênero humano.

Avanços da primatologia, da psicologia

e da neurociência vêm mostrando que o egoísmo dos humanos não impede que também sejam seres pré-programados para estender a mão a seus semelhantes. Depois de muito estudar chipanzés, bonobos, macacos-prego, golfinhos e elefantes, Frans de Waal passou a enfatizar que os humanos andam sobre duas pernas: uma social, outra egoísta. [1]

Além disso, não faltam indícios de que os humanos se comportem simultaneamente como *cooperadores condicionais* e *castigadores altruístas*. Isto é, são tão predispostos a cooperar com os outros quanto prontos a punir os que violarem as normas dessa cooperação, mesmo em circunstâncias nas quais tenham de assumir custos irrecuperáveis. Padrão batizado por alguns dos poucos cientistas sociais de linha evolucionária como “forte reciprocidade”. [2]

Em suma, apenas emerge a nova visão sobre a humanidade que apontará para a possível restauração de um relacionamento sustentável entre a sociedade e a natureza. E o mesmo ocorre com seus correspondentes valores.

PROFESSOR DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (IRI/USP) E DO INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ) – WWW.ZEELI.PRO.BR

[1] Frans de Waal, *A Era da Empatia: Lições da natureza para uma sociedade mais gentil*. Companhia das Letras, 2010. [2] Entre os principais analistas desse padrão comportamental destacam-se os economistas Herbert GINTIS, Samuel BOWLES e Ernst FEHR, o antropólogo Robert BOYD e o psicólogo Joseph HENRICH, autores do artigo “Strong reciprocity and the roots of human morality”, *Soc Just Res*, Springer 2008.

[COLUNA]

Notícias de outros carnavais | Hoje a gente se revolta diferente. Liga a *webcam*, acende um cigarro elétrico, substitui o *status* para *busy* e toca a rebeldia no Guitar Hero **POR EDUARDO SHOR***



Conhecemos o Brasil de outros carnavais. Quando o português chegou debaixo de uma bruta chuva, vestiu o índio. Fosse uma manhã ensolarada de fevereiro, Joãozinho Trinta entregaria ao gringo uma fantasia repleta de plumas e paetês. Sairiam versejando entre as árvores do litoral: os tamborins que em Lisboa gorjeiam, nem se comparam com os que ressoam cá.

Terra à vista, seios à mostra, bumbum de fora. Pero Vaz de Caminha, no Twitter, teria postado em no máximo 140 caravelas, “nunca antes no enredo deste País um presidente machucou o pé durante os dias de folia”.

Dilma fissurou o dedão ao descer as escadas da Base Naval de Aratu, na Bahia. Se a articulação à direita sofreu, pelo menos em nada comprometeu a esquerda. Fidelidade partidária é isso aí. Mas carnaval também se torna caso de saúde *pública*. No circuito de trios elétricos de Salvador, um americano sem jeito nos quadris destravou a cintura na base da cachaça e foi hospitalizado, depois de enfiar o pé na jaca.

Uma radiografia do País mostrou que o bloco do Renan, finalmente, saiu. Na internet, uma petição reúne mais de 1,6 milhão de pessoas pedindo a renúncia do presidente do Senado. Competiu com o número de foliões do Cordão da Bola Preta. Se der resultado, está valendo.

Hoje a gente se revolta diferente. Manifestação virtual não precisa de megafone, carro de som. Liga a *webcam*, acende um cigarro elétrico, substitui o *status* para *busy* e toca a rebeldia no Guitar Hero. Os mais românticos são capazes até

de encontrar sua alma gêmea no meio da multidão virtual. Procura no Google, com o ar-condicionado ligado. Pensa que isso é difícil de conseguir na China, ou no Irã.

É a Primavera Árabe no Brasil, em pleno verão. A fantasia pega na 25 de Março ou na Rua da Alfândega. Bateu aquela fome ao meio-dia? Pede esfiha do Habib's no *delivery*. Os slogans de protesto vão ecoar no YouTube. E *agora eu fiquei doce igual caramelo, tô tirando onda de Camaro amarelo*. Já foi Brasília amarela.

Desde 1960, Brasília é multicolorida. As faces do Congresso Nacional, de modo geral, é que jamais ruborizam, por mais cores que lhes tenha emprestado um certo Fernando de Alagoas – nada a ver com as belezas naturais do de Noronha. Caras pintadas, pálidas, de pau continuam a desfilar. Abram alas, embaixo do bigode do Sarney corre um pagode em homenagem ao Maranhão. Além disso, mulher, tem outra coisa. Até uma deputada sambou em certa ocasião, diante de toda a rede de televisão.

Um grupo de políticos abriu conta na Suíça, sabia do dinheiro na cueca, desviou a verba pública, pagou pela aprovação de seus projetos. Acadêmicos do Mensalão, quesito corrupção, nota: dez. A comissão de frente foi recebida por todos os lados. Ah, se essa gente fosse sincera, Aurora.

Este ano, a ala das baianas veio fantasiada de sogra que pegou carona até a Europa, em jatinho fretado pelo governador com recursos do contribuinte. A rainha da bateria se destacou pela roupa de sanguessuga, brilhante e sofisticada, em alusão à venda de ambulâncias

superfaturadas para prefeituras. Um passista da comunidade vestiu-se de Anaconda, vestimenta feita de material reciclado e venda de sentenças judiciais. Chamaram atenção, ainda, as alas das escutas telefônicas, do passaporte diplomático concedido de maneira ilegal e do jeitinho brasileiro.

O bloco dos Anões do Orçamento fez piruetas para divertir o povo em ruas próximas à Marquês de Sapucaí. Riu melhor quem riu por último, pois o recesso de carnaval no Congresso durou duas semanas. A monarquia caiu em 1889, embora os parlamentares brasileiros insistam em volta e meia entregar todo poder ao Rei Momo.

Alegorias do país que luta para ficar entre as cinco maiores economias do mundo e promove um avanço considerável de sua classe média, ao mesmo tempo que tem sérios problemas em quesitos como o da educação. Uma nação que se constrói com pessoas morrendo na fila dos hospitais devido ao atendimento precário.

Não é um apelo contra o carnaval, a festa faz parte da cultura brasileira. Na sexta-feira que antecedeu sua edição de 2013, fecharam-se 82 ruas do Rio de Janeiro para evitar nós no trânsito, sendo 42 apenas no entorno do Sambódromo. As demais tiveram o tráfego oficialmente interrompido por onde houvesse blocos passando. Foram 492 autorizados pelo governo municipal a desfilar.

O grave não é estacionar o trabalho durante quatro dias ao ano. O problema é carnavalizar, no pior dos sentidos, os outros 361.

JORNALISTA

O *bottom line* da ética

POR AMÁLIA SAFATLE E THAÍS HERRERO FOTO ARTHUR FUJII

Até que ponto a universidade contribui para a formação ética de seus formandos? Esta é uma pergunta para a qual ainda há poucas respostas no Brasil, um dos muitos países que padecem de corrupção. Nesta provocativa entrevista, **Oscar Vilhena Vieira** afirma que sempre teve uma perspectiva crítica aos gestores de escolas que se vangloriam do sucesso de seus alunos, bem colocados no mercado de trabalho e em posições de poder, mas que pouco se dão conta de quantos formados nessas escolas estão envolvidos em casos de fraude ou corrupção.

A boa notícia é que crescentemente a sociedade tem exigido dos profissionais resultados que vão além do mero sucesso econômico e *status* político. Ao entender que o comportamento ético considera no *outro* um interesse a ser respeitado, não basta “se dar bem” ao atender as demandas de mercado – é preciso fazer isso sem prejuízo ambiental, trabalhista, social ou do ponto de vista dos direitos humanos.

Segundo ele, o Direito tem respondido a essa pressão elevando obrigações até então consideradas morais ao nível de obrigações legais. No campo empresarial, isso significa, por exemplo, uma responsabilização maior por eventuais omissões, englobando toda sua cadeia produtiva. “Essa mudança no comportamento jurídico em todo o mundo é importante, para que os empresários redobrem os cuidados, não só para ter melhor posicionamento no mercado, como também para evitar problemas jurídicos adversos”, alerta.



▮ Diretor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, foi procurador do Estado em São Paulo e fundou a organização Conectas Direitos Humanos. Na advocacia, tem-se concentrado em casos de interesse público no âmbito do Supremo Tribunal Federal

Em uma palestra recente, o senhor comentou uma pesquisa que comparou os cursos de Direito, Economia e Administração, mostrando como estes “deformavam” o caráter dos estudantes ao decorrer do curso. Poderia falar mais a respeito?

É uma pesquisa feita nos Estados Unidos em que alunos receberam um questionário sobre o comportamento ético no início e no fim dos cursos. Notou-se que eles atingiam maiores pontuações ao entrar na universidade do que ao sair. Sem dúvida, há uma responsabilidade dos gestores dessas universidades sobre os cursos e é preciso pensar de que maneira estes têm contribuído para a formação dos jovens.

Sempre tive uma perspectiva crítica aos gestores de escolas de ponta que se vangloriam do sucesso de seus alunos. “X pessoas entre os ministros do Supremo Tribunal Federal são da minha escola, Y presidentes da República saíram daqui, tantos CEOs foram formados na minha escola etc.” Mas não damos conta de quando há um escândalo de corrupção em que vários que vieram dessas escolas estavam envolvidos, ou quando há um caso de fraude. Então, essas escolas de ponta têm de pensar se sua educação está sendo em alguma medida conivente com processos não éticos. Quanto mais influente a escola, maior deve ser a preocupação, pois seus alunos ocuparão posições-chave na sociedade.

Escola de ponta significa o quê?

São as que têm enorme prestígio acadêmico e forte inserção dos alunos no mercado de trabalho. O interessante é que se espera – ao menos em uma escola de Direito – que os estudantes saiam com um padrão mais rígido do ponto de vista ético. As escolas de Economia são as que mais mudam o padrão e talvez isso seja resultado de um modelo econômico que hoje impera nessas escolas. As escolas são o elo de uma cadeia em que estão formando o mercado de trabalho e o mercado tem uma dinâmica que as escolas reproduzem. É preciso haver uma autoridade acadêmica e não ficar a reboque do mercado. As escolas têm de ser capazes de contribuir para formar alguém que no futuro vai repropor as regras do mercado.

Talvez o problema central seja que, no decorrer dos anos, as escolas passem a ser simplesmente formadoras daquilo que o mercado demanda e não as reformadoras, aquelas que pensam com autonomia, aquelas que propõem um tipo de profissional que eventualmente terá um curto-circuito com o mercado, senão ela abdicou de sua função de escola.

Isso porque essas escolas em geral têm uma linha conservadora?

Não. Há uma demanda de mercado para que esses gestores, advogados e economistas gerem riquezas para suas empresas. Portanto, o imperativo fundamental é o de aumentar o enriquecimento dessas empresas. Certamente as faculdades reproduzem essas demandas e abdicam de contribuir para uma formação na qual os limites a esses processos de crescimento se dão em favor de outros valores.

Assim como feito nos EUA, é possível avaliar esses cursos no Brasil?

As escolas, além de se vangloriar de seus sucessos, deviam se preocupar com seus fracassos

Que eu saiba, não temos uma pesquisa assim, mas deveríamos fazê-la e ter olhos muito atentos para aquilo que os nossos profissionais eventualmente causam. Quando você pega um escândalo como o da Enron, quem é que fez aquela contabilidade? De onde saíram aqueles profissionais? Se há corrupção na administração de uma empresa, quem são os gestores? Isso seria até um material muito rico para se estudar nas escolas. Além de se preocupar com o seu sucesso, as escolas deveriam se preocupar também com seus fracassos. As americanas fazem essa medição de forma muito contundente, até porque querem fazer *fund-raising* (captação de recursos) com seus ex-alunos.

Qual seria um exemplo da deformação do caráter ao longo do período em que o aluno está na universidade?

A discussão do comportamento ético é a análise de como uma pessoa se comporta em relação ao outro. A ética regula as relações de como eu maximizo meu interesse ou levo o outro em consideração, compreendendo que ele também tem um interesse a ser respeitado. O aluno que termina o Ensino Médio, pelo menos nos Estados Unidos, tem maior clareza de que o outro é merecedor de respeito do que quando sai da universidade. Talvez porque os estudos e os treinamentos são voltados para que as pessoas garantam o sucesso de sua empresa e seu trabalho e desconsiderem outros problemas – se as ações geram impacto ambiental, trabalhista ou se discriminam algum setor da sociedade. Como você foi treinado na sua empresa a maximizar recursos, abdica-se de outras coisas em favor disso.

O motivo pelo qual estamos fazendo isso e o que está errado são discussões enormes. É possível ensinar ética? Ou a ética está no caráter? É possível, nessa idade, mudar o caráter, ou é preciso passar por experiências muito fortes? O que se pode fazer para que o aluno tenha um choque de realidade e entenda que tudo o que fazemos tem consequências sobre os outros? Na idade dos estudantes é preciso criar experiências fortes.

Aqui (na Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas) há uma tendência de os jovens passarem por uma “clínica

de interesse público”, em que experimentam as agruras de outros setores da sociedade. Por exemplo: uma clínica de negócios inclusivos. Os alunos lidam com uma cooperativa de catadores de lixo para experimentar o que é a vida daqueles que coletam o que a sociedade despreza. Espero que isso sensibilize o aluno e que ele crie outra dimensão para sua formação como advogado. Isso é mais eficaz do que ficar dizendo (em sala de aula) “o que o outro significa conforme Kant”.

Apesar do que aparece no perfil dos alunos da pesquisa realizada nos EUA, há uma pressão crescente da sociedade para que as empresas ajam de uma maneira cada vez mais ética, considerando o “outro”, social e ambientalmente. Estamos aperfeiçoando os mecanismos de obrigação moral das empresas?

A discussão sobre responsabilidade social e ambiental tem ângulos distintos quando vista por um advogado ou por um empresário. Por um lado, as empresas estão percebendo que existem movimentos sociais ou motivações dos próprios governos entendendo que a função da empresa não é só gerar empregos e bens de utilidade para a sociedade. As pessoas precisam de sapatos e, quando a indústria os fabrica, está exercendo uma função social; em contrapartida, a empresa tem lucro. Essa é a equação básica do (economista Joseph) Schumpeter sobre o que é uma empresa.

Só que a indústria também deve tomar cuidados para não prejudicar o meio ambiente. Se ela poluiu um rio ao produzir o sapato, fez um bem social, mas também um mal social. Cada vez mais há uma consciência por parte dos consumidores de que eles querem ter o que precisam – desde que não seja em detrimento de algo. O meio ambiente talvez tenha sido a primeira coisa (a suscitar esse questionamento). Hoje se pensa que o meu conforto não pode ser dar em detrimento do conforto do meu filho (as gerações futuras).

Como a responsabilidade social empresarial se relaciona com o respeito aos direitos humanos?

É cada vez mais frágil o argumento: 'Se não tenho conhecimento de tal coisa, não tenho responsabilidade'

Pelo viés jurídico, a responsabilidade das empresas no campo dos direitos humanos não é de adesão voluntária. Não é uma questão de querer que a empresa tenha uma boa imagem no mercado e que o consumidor saiba que é bacana e tem preocupação com a área social. Direitos humanos são um conjunto de obrigações legais, não estão no campo da escolha, e sim da submissão.

Na última década, especialmente no âmbito das Nações Unidas, vemos uma tentativa de extrair dos diversos documentos sobre direitos humanos – criados fundamentalmente para constranger a ação do Estado, como na Alemanha nazista – o estabelecimento de obrigações para outros setores também, que não apenas o Estado. Hoje, existe um conjunto claro de quais seriam essas obrigações.

Por exemplo, sabemos que a Constituição brasileira e a Convenção da ONU sobre discriminação proibem não só o Estado de discriminar racialmente, mas uma empresa também. Ao escolher minha secretária, entre duas com competências iguais, não posso optar pela branca em detrimento da negra. Isso é uma obrigação legal.

Só que, hoje, muitas coisas colocadas como parte de um pacote de responsabilidades sociais que são aparentemente favoráveis à imagem de uma empresa são, na verdade, responsabilidades legais. Por exemplo, em relação aos funcionários, há uma série de obrigações, como número mínimo de empregados com deficiência física, não haver discriminação em função da idade, da raça, opção sexual.

Em geral isso é mostrado como uma qualidade a mais da empresa que consta nos relatórios de sustentabilidade etc.

Até deve ser mostrado para ser inspirador para outras empresas. Só que são obrigações legais estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor ou pela Constituição. Tudo isso se complica quando delegamos às empresas responsabilidades por uma cadeia com a qual se relacionam.

Se a empresa estiver vulnerável ao contar com um fornecedor problemático, tem a obrigação legal de tomar todas as precauções. Se não tomar, pode ser responsabilizada por omissão. Isso está cada vez mais forte e o Direito está evoluindo.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, no caso do mensalão, é uma espécie de cristalização dessa lógica. Se há uma pessoa no topo de uma organização complexa e essa organização comete um ato ilegal, aquela pessoa teria obrigação de ter conhecimento, devido à sua função. E pode ser responsabilizada. Estão cada vez mais frágeis argumentos como: “Se eu não tenho conhecimento de tal coisa, não tenho responsabilidade”.

Mesmo tendo quem diga que não há provas concretas ou muito claras de que houve crime no caso do mensalão.

O que são provas? Há vários tipos. A maioria do Supremo diz que tem provas. Há as documentais, como os cheques, que caíram em contas de deputados sem nenhuma explicação de por que aquilo foi recebido. Prova não é só o DNA do criminoso. Se uma menina é estuprada e há testemunhas que a viram sendo arrastada para dentro de uma casa pelo criminoso, isso é uma prova.

Estamos presenciando uma mudança nos tribunais jurídicos

Todo sabemos que, quando 15 mil homens vão para uma comunidade, há riscos enormes

ao redor do mundo no que diz respeito ao direito empresarial. Você antes tinha uma percepção de que a responsabilidade do gestor era mais difícil de ser determinada por atos da empresa que tivesse impactos negativos. O gestor tem responsabilidade pela mão de obra, pela devastação florestal, pela política de não discriminação a homossexuais.

Uma empresa que transporta óleo na Baía de Guanabara – e sabe do risco disso – tomou todos os cuidados necessários para que um derramamento de óleo não acontecesse? O que o conselho da empresa disse? Disse: “Vamos fazer um investimento” ou “Vamos ignorar isso, porque o risco é pequeno?”

Assim como no caso da Boate Kiss (que pegou fogo em Santa Maria, RS, em janeiro, matando 240 pessoas), onde se optou por um forro com espuma mais barata.

Sim. Quanto custava essa espuma? Há o material para o teto que custa 100, um que custa 50 e outro, 20. O dono do local pensa: “Existiu algum caso de boate que pegou fogo com essa espuma? Não? Então compre a mais barata”.

Uma empresa que coloca 15 mil homens na Amazônia para fazer mineração ou uma hidrelétrica, por exemplo, deve saber dos riscos, até porque o histórico já mostrou os vários problemas que costumam acontecer nesses empreendimentos.

Todos sabemos que, quando 15 mil homens vão para uma comunidade – principalmente se for pequena –, há um risco enorme de aumento de estupros, de violência, prostituição, e de prostituição infantil. A empresa deve ter um conjunto enorme de cuidados para que essas coisas não ocorram. O pensamento não pode ser apenas “Nossa função é construir uma usina e o que meu funcionário faz nas horas vagas não é nosso problema”.

Es se a empresa tomar as medidas para evitar, mas mesmo assim esses problemas acontecerem?

Se ela tomar medidas, isso reduz muito sua responsabilidade,

que pode passar de criminal para civil, indenizatória. No campo jurídico, hoje as pessoas entendem melhor que as omissões geram responsabilidades. São omissões que poderiam obstaculizar ações que infringem os direitos humanos ou questões de corrupção, de meio ambiente. Essa mudança no comportamento jurídico em todo o mundo é importante, para que os empresários redobrem os cuidados, não só para ter melhor posicionamento no mercado, em termos de visibilidade, assim como para evitar problemas jurídicos adversos, que vão desde a responsabilização financeira até prejuízos aos negócios.

Essa mudança no comportamento jurídico pode influenciar de algum modo as universidades que medem o sucesso pela quantidade de pessoas que ocupam cargos relevantes? Quando essas pessoas “que se dão bem” do ponto de vista econômico passam a ter prejuízos morais e legais, isso pode mudar o entendimento sobre o que é o sucesso e, assim, induzir a um comportamento mais ético?

O Direito, em alguma medida, é um primo distante da Ética, pois tenta equacionar como nos comportamos no mundo. Por um lado, o Direito responde à economia, porque estrutura as regras para garantir a eficiência do funcionamento da economia. Ao regular o funcionamento da Bolsa de Valores, criam-se regras para que as pessoas façam investimentos e tenham lucro.

Mas sua função não é garantir o funcionamento do mercado. Ele tem de garantir também que o meio ambiente não se deteriore, que as pessoas consigam sobreviver com um mínimo de igualdade. Esse é o equilíbrio que a democracia fala o tempo todo. E o Direito é o espelho desse equilíbrio.

O movimento da sustentabilidade foi muito bem-sucedido ao criar uma cultura de que o sucesso não significa apenas o grande enriquecimento, mas também é medido pela capacidade de prover bens úteis socialmente, como a melhoria da comunidade, a preservação do meio ambiente, a existência de funcionários satisfeitos com o trabalho. O lucro deixa de ser a única métrica.

Uma pesquisa da Harvard Business School com grandes empresas mostrou que não existe relação entre as melhores ações ambientais e desempenho econômico. Há empresas altamente protetoras do meio ambiente que vão bem economicamente e outras que vão mal. Acho positivo, porque a empresa pode ser ambientalmente responsável sem levar desvantagem com a concorrência. E, ao mesmo tempo, na medida em que o consumidor fica cada vez mais consciente, pressiona para que todo o setor empresarial também tenha ações cada vez mais sustentáveis. Do ponto de vista jurídico, o que era ato voluntário vai sendo transformado em obrigação jurídica.

Um exemplo concreto do Brasil é a legislação ambiental. Antes, eram atos bacanas de ser feitos e hoje são obrigação. As regras trabalhistas passaram por esse movimento. Hoje é regra a contratação de um número mínimo de deficientes físicos. Quando a Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) começou a atuar, dava um selinho para quem fabricava brinquedos que a criança não engolisse e morresse. Hoje, oferecer segurança é obrigação. Tudo o que começa com um certo grau de voluntariedade tende a se formalizar.

A respeito da formalização, vemos o movimento da sustentabilidade formando um novo partido e se institucionalizando para buscar um poder mais efetivo que não só por meio da pressão da sociedade civil. Mas, ao entrar em um sistema cheio de vícios e problemas, existe o risco de ter que se adequar a um formato e perder os ideais originais, não é?

Toda sociedade plural – em que indivíduos pensam diferente – tem a necessidade de resolver o conflito entre as pessoas. Quanto mais plural, mais complicada é a solução. Há religiões, estilos de vida, etnias em discussão e o sistema democrático é o melhor inventado até hoje para isso. Para uma sociedade plural, não existe um caminho que não passe pela política. É inescapável. E a melhor forma que encontramos é a forma democrática. Tem gente que vai discordar de mim e dizer que o mais inteligente ou mais forte deve comandar. Mas nós, na democracia, temos direito de escolher. O fundamento da democracia é moral: eu não valho mais que você e você não vale mais que eu e nenhum de nós vale mais que o faxineiro aqui da escola. Todos temos os mesmos direitos a voto.

Os partidos nascem por diversos motivos. Às vezes, mesquinhos e canalhas, com o objetivo de usar a esfera de poder para alcançar objetivos pessoais. Às vezes buscam atender demandas da sociedade, como os históricos. O Partido Verde, quando surge na Alemanha, vem da percepção de que o capitalismo não dava conta do impacto que a industrialização estava trazendo. Assim como o Partido Trabalhista inglês, que percebia que a economia ia bem, mas o povo estava morrendo, estava sem educação.

É natural, é bacana, é democrático que alguém com uma ideia se disponha a ir para a luta política – que é dura e feita de muitas derrotas. Mas é um belíssimo projeto. Afinal, uma das coisas mais preocupantes no momento é a incapacidade do sistema político de oferecer à sociedade propostas de um mundo distinto daquele no qual vivemos.

A política é isso: uma esfera de construção do que não está

Assim como na lei ambiental, tudo o que começa com um grau de voluntarismo tende a se formalizar

A política é a única forma de transformar. Fora isso, são soluções autoritárias

pronto. A política oferece a ideia de que o mundo pode ser diferente, de que São Paulo pode viver sem trânsito. Como fazer isso acontecer? Não basta um engenheiro desenhar, as pessoas precisam aderir, abdicar de seus carros, ser convencidas a mudar o pensamento. Então, a política é a única forma de transformação. É onde apresento minha ideia, tento convencer as pessoas, e a partir disso a mudança ocorre. Fora isso, são soluções autoritárias: proíbe-se todo mundo de andar de carro em São Paulo.

O Lula usou uma frase que achei magnífica, quando foi criticado de ter conversado com o presidente do Irã (*Mahmoud Ahmadinejad*): “Fora a alternativa de conversar, que é da natureza da política, a outra é fazer guerra. Eu converso”. A política é isso, você conversa com o inimigo, transaciona. Em uma sociedade complexa, nós somos coordenados e só temos uma opção além da via autoritária: que nós participemos da coordenação. Se eu abdicar do direito de participar, os outros fazem o que bem entendem. Parabéns ao grupo que esteja fazendo não só este (*Rede Sustentabilidade*), como outros. Acho que este é um partido muito importante.

Gostaria de comentar algo mais?

Uma coisa que vocês não perguntaram: o senso comum é que o tema dos Direitos Humanos é algo complicado de se trazer a um projeto empresarial. Uma campanha forte contra os direitos humanos estourou na época em que a criminalidade tinha aumentado no Brasil, fomentando a visão dos mais conservadores de que isso era “coisa de bandido”. Há, no entanto, uma pesquisa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos em que se observa que essa ideia está diminuindo com o tempo e com as novas gerações. Os mais jovens têm uma percepção muito mais positiva do que aqueles que passaram pelo processo de transição democrática, na minha geração.

Na medida em que as gerações surgem, passa a haver uma simpatia com os direitos humanos e uma percepção de que aquilo que eu quero pra mim eu também tenho de querer para o outro. O fato de as mulheres terem usado essa bandeira fez com que metade da população estivesse incluída nessa luta. Quando o Movimento Negro ou os gays têm como argumento os direitos humanos, também ganham mais simpatia. [\[2\]](#)



À queima-roupa

Levram-se das bonecas de papel que a gente, quando menina, adorava recortar, vestir, encher de vida? *Bonecas* é o livro-objeto em que o jornalista Duda Fonseca estreia como autor de poemas e vem inaugurar a versão brasileira da editora Mínimas, de Barcelona, capitaneada aqui por Maria Lutterbach e Iván Larraguibel.

O jornalista Duda imprime um choque de realidade à inocência infantil. Em vez de sorridente e com bochechas rosadas, a boneca magrela assume 12 figurinos trágicos, melancólicos ou por vezes irônicos, em pleno reflexo do mal-estar da civilização contemporânea. Ana Vilar ilustra a obra utilizando roupinhas confeccionadas com retalhos do baú da avó.

Diante da onda digital que tenta arrebatar o mercado editorial, a Mínimas até que surfa em *book trailers*, mas aqui o digital ganha mesmo toda a dimensão das mãos. São obras tácteis, artesanais, colecionáveis, quase que únicas, feitas para cortar, cheirar, pendurar na parede – ou simplesmente brincar de boneca.

Se o *e-book* dominará a cena, o livro de papel só sobreviverá se for lindo e diferenciado, acreditam os editores. *Bonecas* é lançado neste mês em edição limitada como a vida é: 470 livros numerados a R\$ 30 cada; além de 30 com capa em tecido, as chamadas edições-fetiche, por R\$ 60. Mais informações em editoraminimas.com. – **POR AMÁLIA SAFATLE**

UMA EMBALAGEM QUE RENOVA.

O papel utilizado na fabricação das embalagens cartonadas da Tetra Pak é proveniente de florestas certificadas pelo FSC® (Forest Stewardship Council®) e outras fontes controladas.

O plástico utilizado nas nossas tampinhas vem de fonte renovável, a cana de açúcar.

Estamos comprometidos em produzir uma embalagem 100% renovável para as próximas gerações.

Esse é o nosso compromisso! Caixinha da Tetra Pak. Uma embalagem que renova.



Rosana Henrique e família, colaboradora da Tetra Pak



A marca da gestão florestal responsável



Embalagem 100% reciclável. Saiba mais em nosso site: www.tetrapak.com.br

Use bem seu dinheiro,
esse é o melhor jeito de

realizar

seus sonhos.

Quem tem uma relação saudável com o dinheiro consegue realizar seus sonhos com mais tranquilidade. Para ajudar você nessa mudança, criamos um novo site e os guias de uso consciente do dinheiro. Você vai ver, com essas dicas seu futuro pode mudar para melhor. **Mude. E conte com o Itaú para mudar com você. :-)**

www.itaú.com.br/usoconsciente

Itaú. Feito para você.

Itaú